FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
GEOGRAFIA**

ANDRADINA

2009

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DAS FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA

ÍNDICE:

IDENTIFICAÇÃO.....	03
1.3. Projeto Pedagógico do curso – PPC: Concepções do Curso e da Geografia.....	04
1.3.1 Articulação entre o PPC com o PPI e com o PDI:	10
1.3.2 (Não se aplica ao curso)	
1.3.3 Objetivos do curso.....	24
1.3.4 Perfil do Egresso (áreas de atuação, competências e habilidades).....	26
1.4 Projeto Pedagógico do curso – PPC: CURRÍCULO.....	27
1.4.1 Coerência dos conteúdos curriculares com os objetivos do curso.....	32
1.4.2 Coerência dos conteúdos curriculares como perfil desejado dos egressos	35
1.4.3 Adequações curriculares face às Diretrizes Curriculares Nacionais.....	36
1.4.4 Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso.....	42
1.4.5 Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo.....	46
1.4.6 Dimensionamento da carga horária das unidades de estudo.....	47
1.4.7 Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas.....	51
1.4.8 Adequação e atualização da bibliografia.....	53
1.4.9 Coerência do corpo docente e do corpo técnico-administrativo com a proposta curricular.....	53
1.4.10 Coerência dos recursos materiais específicos do curso com a proposta curricular.....	55
1.4.11 Não se aplica ao curso.	
1.4.12 Desenvolvimento de estratégias de flexibilização curricular.....	56

1.5 Projeto Pedagógico do curso – PPC:	
AVALIAÇÃO:	57
1.5.1 Coerência dos procedimentos de avaliação do processo ensino- aprendizagem com a concepção do curso.....	62
1.5.2 Articulação da auto-avaliação do curso com a auto-avaliação institucional	64
ANEXOS.....	68

IDENTIFICAÇÃO

CURSO-GRADUAÇÃO: Licenciatura plena em Geografia.

REGIME-Matrícula por disciplina e organização seqüencial em termos. Cada termo equivale a um semestre letivo. A carga horária por disciplina é atingida por módulo de 20 semanas de aulas e um mínimo de 100 dias letivos por semestre.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O curso de Licenciatura em Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa foi autorizado através do Decreto N°. 66.459 de 17 de abril de 1970 e reconhecido a partir do Decreto N° 75.062, de dezembro de 1974.

LEGISLAÇÃO BÁSICA:

Diretrizes Curriculares para os Cursos de Geografia – estabelecidas pela Resolução CNE/CES n°. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES n°. 492/2001 de 09 de julho de 2001 e CNE/CES n°. 1.363/2001 de 25 de janeiro de 2002.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena – instituída pela Resolução CNE/CP n°. 01/2002 de 18 de fevereiro de 2002 e com fundamentos nos Pareceres CNE/CP n°. 09/2001 e CNE/CP n°. 27/2001 de 17 de janeiro de 2002.

Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio.

Lei Federal n° 9394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB

Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas no currículo de Graduação.

TURNO DE FUNCIONAMENTO: noturno

DURAÇÃO E TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:

Duração mínima de 3 anos (seis semestres) e máxima de 5 anos (10 semestres), com carga horária total de 2.840 horas, previstas dentro da exigência mínima de 2.800 horas pela resolução CNE/CP 2 – 19.02.2002.

1.3. Projeto Pedagógico do curso

O ofício do educador não é imutável. Suas transformações passam principalmente pela emergência de novas competências (ligadas, por exemplo, ao trabalho com outros profissionais ou a evolução das didáticas) ou pela acentuação de competências reconhecidas, por exemplo, para enfrentar a crescente heterogeneidade dos efetivos escolares e a evolução dos programas. Todo referencial tende a se desatualizar pela mudança das práticas e, também, porque a maneira de concebê-las se transforma”.

(PERRENOUD, 2000, p. 14)

O Curso de Licenciatura em Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa investe na formação de professores da área de Geografia para os Ensinos Fundamental (5ª a 8ª séries) e Médio, preparando profissionais para a atuação em sala de aula, para a pesquisa e/ ou prosseguimentos nos estudos posteriores. O intuito é de atender as diferentes demandas do campo de

atuação do profissional da Geografia, considerando as atuais transformações sociais, econômicas e tecnológicas, abrangendo as diversas realidades, sejam elas locais, regionais ou mundiais. A matriz curricular do curso está em consonância com as exigências do Ministério da Educação e Cultura, além de contemplar os anseios profissionais de seus acadêmicos e futuras áreas de atuação.

A licenciatura em Geografia prepara profissionais em especial para a atuação na área da Educação, logo conta com uma carga horária considerável em disciplinas pedagógicas e das 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado, além das disciplinas específicas do e atividades complementares, que visam contribuir para a formação de um corpo discente preparado para enfrentar o campo profissional portando as diversas competências e habilidades que este lhe exige. O desenvolvimento de competências e habilidades é um compromisso assumido entre instituição, plugada ao docente e discente, sempre no sentido de promover uma formação para o mundo do trabalho e as práticas sociais.

Este documento significa a corporificação de um compromisso assumido entre professores, a instituição e os discentes, compromisso com a qualidade educacional, por intermédio do mapeamento das necessidades e alternativas que o curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina vem engendrando rumo a um melhor processo ensino-aprendizagem (coerente com as demandas contemporâneas). Há que se considerar que o curso está imerso em uma realidade mutante, portanto passível de alterações que decorram do meio social e da realidade. Espera-se no decorrer do curso superar limitações alcançando sucesso profissional - que este trabalho se destina - preparando os acadêmicos para exercer a cidadania planetária, conscientes de seus direitos e deveres na esfera política e social.

Almejando alcançar tais ideários acima descritos o curso conta com uma equipe docente com compromisso político e competência técnica, dispõe de profissionais preocupados com a postura de pesquisa permanente, com a disseminação de saberes científicos e o respeito às individualidades dos alunos

e autonomia de professores, desde que coerentes ao Projeto Político Pedagógico do curso de Geografia. A instituição preocupa-se com esse processo de formação constante, na medida em que fomenta espaços de discussões, cursos, participação em eventos científicos, dentre outros que propiciam a formação continuada dos professores e alunos na tentativa de melhorar a qualidade de ensino ofertada aos acadêmicos frente a preocupação diante da formação de competências e habilidades profissionais gestadas pelas necessidades e expectativas contemporâneas de formação.

A preocupação diante da formação de competências, pertinentes ao ofício docente, vem, nos últimos anos, configurando-se como um apelo na esfera educacional, política e social. No âmago dos debates contemporâneos existem questionamentos e reflexões sobre o compromisso e competências do educador.

Estes debates têm como eixo central a formação docente, pois esta se encontra em um contexto onde a educação configura-se como um processo formativo de competências, contudo a competência do professor é que possibilitará o desenvolvimento dos alunos.

Cada educador é direcionado a interrogar-se sobre novas perspectivas de aprendizagem, assim sendo, precisa refletir sobre a prática efetivada em sala de aula adotando como referência uma visão questionadora, principalmente, no tocante a profissão docente, imersa em uma sociedade capitalista, onde as práticas pedagógicas, competentemente aplicadas, podem propiciar espaços para recompor o quadro injusto onde as relações se processam.

Melhorar a formação docente implica em instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de

professores, tais como organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam a necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino. (BRASIL. MEC, 2000, p.12)

A crise educacional não é novidade, assim como a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas, que valorizem a aprendizagem significativa e a competência de educar. A profissão docente depende de aportes teóricos para a análise e explicação dos fenômenos que vêm delineando novos roteiros para o ofício¹ do professor.

O cotidiano escolar é invadido por diversos autores cujo intuito é de resgatar propostas de solução para os obstáculos que surgem no exercício profissional, algo que depende muito de engajamento do professor e de uma formação profissional de qualidade, pois “não se forma um profissional reflexivo, impondo-lhe condições ortodoxas de dar aula” (PERRENOUD, 2002, p. 30). A postura de pesquisa em diversas fontes é tão importante quanto o espaço para autonomia intelectual, contudo:

[...] o sistema educacional depende da adesão e do engajamento dos professores para desenvolver uma abordagem por competência. Tal abordagem de um tipo novo de profissionalismo, identidade, formação para o ofício de docente. (PERRENOUD, 1999, p.70)

A política educacional vigente passa pelo estabelecimento de diretrizes gerais que norteiam reformulações de currículos, adequação dos conteúdos,

¹ Ofício: termo utilizado por Perrenoud (2000) para designar o papel do educador.

investimentos na formação inicial e continuada de educadores, contudo, há uma indagação: Como o educador processa a reelaboração de teorias no cotidiano de sala de aula?

Neste cenário encontra-se a profissão docente, cuja distância entre teorias e práticas, resulta de idealizações impróprias à fundamentação pedagógica, ou até mesmo a interesses ideológicos.

No máximo, a formação teórica permitiria ser aprovado nos exames e obter o diploma, enquanto a formação prática daria as bases para a sobrevivência na profissão. É preciso combater essa dicotomia e afirmar que a formação é uma só teórica e prática. (PERRENOUD, 2002, p. 23)

Assim é essencial ressaltar a necessidade de produção de conhecimentos para a inovação do espaço escolar, com o intuito de conferir a educação flexibilidade e autonomia. A concepção que se tem de formação continuada dos professores precisa ser ampliada considerando que:

As variantes possíveis remetem a uma concepção muito mais ampla de formação contínua, que compreende um conjunto de formas de interação e de cooperação possíveis entre pesquisadores, formadores e professores, suscetíveis de favorecer a pesquisa – ação, a prática reflexiva e a profissionalização interativa, de estimular a sinergia das competências profissionais de todos, permitindo identificar novos questionamentos, preparação para as reformas seguintes. (THURLER, 2002, p. 91)

A inovação de práticas de ensino depende da produção de conhecimentos. Ao educador destina-se o ofício de educar, mas este

compromisso não se restringe meramente ao ensino, é necessária a aquisição da postura de pesquisa permanente.

O grande problema não está nos conteúdos a serem ensinados, mas sim, nas ideologias implícitas neles, que podem povoar o espaço da sala de aula, relegando educandos ao fracasso, provocado pela má formação do professor e sua dificuldade em trabalhar com a formação de competências.

Os referenciais educacionais não se compõem de mecanismos unitários e homogêneos, compõem-se de um pluralismo de idéias, algumas mais explicativas com relação à realidade, outras menos.

Os profissionais de educação têm conhecimentos que englobam leituras, que nem sempre são tomadas em sua totalidade, algumas, ao contrário, constituem-se como concepções fragmentadas e estanques que impossibilitam a formação de uma consciência crítica-criativa, que se compõe como necessidade mediante a realidade, aos grupos e as instituições. É preciso repensar o papel do professor diante dos inusitados conceitos, assim pensando:

[...] os professores não sejam mais vistos como indivíduos em formação, nem como executores, mas como atores plenos de um sistema que eles devem contribuir para transformar, no qual devem engajar-se ativamente, mobilizando o máximo de competências e fazendo o que for preciso para que possam ser construídas novas competências a curto ou médio prazo. (THURLER, 2002, p. 90)

O curso de Geografia busca a compreensão do fenômeno prática docente, tendo em vista a formação das competências necessárias ao ofício em suas múltiplas facetas, será realizada por meio de reflexões sobre as experiências profissionais, condições do trabalhador-professor, bem como dos limites e possibilidades da docência.

[...] a maioria dos professores terá de se empenhar nos próximos anos em desenvolver as competências e as perspectivas exigidas pelos reformadores e, em desaprender práticas e crenças relacionadas aos alunos e as práticas de ensino aprendizagem que dominaram grande parte de suas carreiras profissionais. (HARGREAVES e EVANS, 1997, p. 80 apud THURLER, 2002, p.98)

Almeja-se com este projeto propiciar a construção de representações cada vez mais precisas da noção de competência, especialmente do professor de geografia. Construindo referenciais enquanto instrumentos para pensar as práticas, debater o ofício e determinar aspectos emergentes ou zonas controversas para sinalizar a representação coerente do ofício do educador e de sua evolução.

O ofício do educador não é imutável. Suas transformações passam principalmente pela emergência de novas competências (ligadas, por exemplo, ao trabalho com outros profissionais ou à evolução das didáticas ou pela acentuação de competências reconhecidas, por exemplo, para enfrentar a crescente heterogeneidade dos efetivos escolares e a evolução dos programas. Todo referencial tende a se desatualizar pela mudança das práticas e, também, porque a maneira de concebê-las se transforma). (PERRENOUD, 2000, p.14)

O ofício do educador sofre impactos das inúmeras mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, que é delineado por um novo regime de acumulação, considerado flexível. Há uma ampliação desmedida da concentração crescente do capital, que igualmente cresce rumo à exclusão

demandada pela mundialização do capital, do neoliberalismo e reestruturação produtiva.

Essas transformações bombardeiam o campo educacional, causando profundas seqüelas, como a má formação de profissionais, dificuldades de inovação do espaço escolar e adaptação a mudanças. Evidencia-se, portanto, a necessidade de formação de profissionais flexíveis e competentes, preparados para o mundo do trabalho e práticas sociais, condicionadas pelas rápidas e crescentes mudanças contemporâneas.

As reformas atuais confrontam os professores com dois desafios de envergadura; reinventar sua escola enquanto local de trabalho e reinventar a si próprios enquanto pessoas e membros de uma profissão. A maioria deles será obrigada a viver agora em condições de trabalho e em contextos profissionais totalmente novos, bem como a assumir desafios intelectuais e emocionais muito diversos daqueles que caracterizavam o contexto escolar no qual aprenderam seu ofício. (THURLER, 2002, p. 90)

Refletindo sobre as inúmeras reformas contemporâneas e seus impactos na formação docente, este documento foi estruturado de modo a discutir as reais condições de trabalho e os contextos profissionais dos educadores que atuam na docência especialmente na Educação Básica, na área de Geografia.

Vivemos numa época que se caracteriza pelo número e grau de transformações produzidas em todos os níveis e em todos os tipos de atividades. O pensamento científico precisou enfrentar várias revoluções, que não se referem tão somente a vigência das suas propostas e à eficiência dos seus métodos, mas também aos próprios fundamentos do seu fazer. Da mesma forma as mudanças chegam e apresentam um enorme impacto ao campo educacional e concretizam-se em muitas instituições, as quais que precisam

enfrentar sistematicamente o aparecimento de inusitadas orientações e este é o compromisso do curso de Geografia.

1.3.1. Articulação do PPC com o PPI e com o PDI.

Diversos são os desafios configurados nos últimos anos, no quadro do mundo trabalho, e este, por sua vez, passa por diversas reformulações. Discussões acerca de matrizes teóricas, avanços, inovações na realidade política, inusitadas formas de organização do trabalho, implicando em mudanças no perfil do profissional, perante as exigências de qualificação trazidas pelo impacto das transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Conforme é citado no parecer N^o: 009/2001 CNE/CP²:

Com relação ao mundo do trabalho, sabe-se que um dos fatores de produção decisivo passa a ser o conhecimento e o controle do meio técnico-científico-informacional, reorganizando o poder advindo da posse do capital, da terra ou da mão-de-obra. O fato de o conhecimento ter passado a ser um dos recursos fundamentais tende a criar novas dinâmicas sociais e econômicas, e também novas políticas, o que pressupõe que a formação deva ser complementada ao longo da vida, o que exige formação continuada.

Diante desse cenário, algumas profissões excluem-se devido aos processos de desvalorização e precarização, outras surgem com o intuito de suprirem novas necessidades, e outras ainda, reenquadram-se visando atender a demandas sociais, dessa forma, os profissionais dessas áreas garantirão sua sobrevivência por meio da busca de novas possibilidades.

² Parecer n^o: 009/2001 CNE/CP. Refere-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior.

Sendo assim, a capacidade de readaptação, reprofissionalização, torna-se fundamental. Esse processo de reordenamento das profissões é bastante complexo, envolvendo mudanças de valores, inserção de novos conceitos, salários, status, perfil; lançando assim grandes desafios aos sistemas formativos.

Considerando a necessidade de readaptação é que as FIRB de Andradina assumem uma postura dialética frente aos processos formativos de seus acadêmicos. O Curso de Geografia se apresenta, no sentido de constante avaliação e transformação, haja vista a preocupação com a formação de profissionais competentes, éticos e conscientes, portadores de habilidades e competências que possibilitem a superação de situações-problema nas diversas áreas, em especial ligadas a profissão docente.

A profissão docente é historicamente marcada por determinações políticas, sociais e ideológicas. Assim como tantas outras, traz a marca de uma história que não é linear e implica em movimentos que revelam os contextos históricos da sociedade, que concebe conforme seus interesses, determinado tipo de educação e de profissional.

[...] a lógica das competências não se limita a propor que a escola promova o desenvolvimento de competências para a atuação autônoma e responsável na vida ativa, mas prescreve, em certa medida, que competências devem ser essas, associadas as diferentes esferas de atividades: técnico – profissional -econômica política e cultural.
(RAMOS, 2002, p. 297)

A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, do contexto social, político, e cultural, onde as crianças, os jovens e adultos, necessitam de novos conhecimentos, habilidades, hábitos e competências.

A esse respeito Libâneo e Pimenta (1999), mencionam que se trata de um processo global entranhado na prática social, que compreende processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades nas quais os indivíduos estão envolvidos, de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente.

Na sociedade atual há uma ampliação muito significativa do conceito de educação. A diversidade de práticas educativas perpassa toda a sociedade nas mais variadas instâncias não restritas a escola, como por exemplo: movimentos sociais, meios de comunicação, empresas, saúde pública, educação ambiental, educação popular, educação sindical etc. Demandando-se assim, novas exigências de formação educativa.

As reflexões acerca da concepção ampliada de educação sem dúvida afetam a prática do professor, ampliando responsabilidades educativas, mesmo tendo este, vários aspectos que levam a insatisfação profissional: falta de recursos, desvalorização profissional, baixos salários, entre outras situações limitadoras dessa prática.

Libâneo e Pimenta (1999) defendem a visão ampla do espaço educativo, sob a análise deles, não é novidade para os educadores que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais e não formais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na sociedade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas, portanto, o trabalho pedagógico não se reduz ao trabalho docente na escola.

Ainda, a despeito da competência educacional, Machado (2000) menciona que o termo competência tem presença acirrada no campo educacional. Sua origem e ascensão estão associadas ao contexto de crise do modelo fordista³ e a globalização⁴ econômica. A globalização, com a

³ Fordista: Advém de fordismo, teoria de gestão do trabalho fabril formulada nos Estados Unidos na época da Segunda Revolução Industrial. No plano da produção, as formas ditas clássicas de organização do trabalho, sobretudo no setor industrial, foram sendo abandonadas nas duas últimas décadas em favor de novos padrões de organização adaptados ao uso de tecnologias modernas.

⁴ A globalização no plano econômico ganhou um corpo a partir da década de 80 estabelecendo um novo patamar para a dinâmica capitalista e provocando uma reorganização nos espaços de produção (não apenas no setor industrial, onde seus efeitos são mais visíveis), mas também na agricultura e no setor de prestação

necessidade de contratação e avanços de políticas neoliberais delineiam a contextualização da terminologia, origem, conceituações e usos do modelo de competências. Assim:

O desenvolvimento de competências profissionais é processual e a formação inicial é apenas, a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente. A perspectiva do desenvolvimento de competências exige a compreensão de que o seu trajeto de construção se estende ao processo de formação continuada, sendo, portanto um instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente. (BRASIL. MEC, 2000, p. 48)

Conforme Hirata (1997), a noção de competência é oriunda do discurso empresarial, nos últimos anos na França, e é retomada, em seguida, por economistas e sociólogos. É uma noção, ainda, bastante imprecisa e decorreu da necessidade de avaliar e classificar conhecimentos e habilidades, gestadas a partir das novas experiências concretas de trabalho associado, portanto, aos modelos de produção e gerenciamento e substitutiva da noção de qualificação, ancorada nos postos de trabalho e das qualificações profissionais, que lhe era correspondente.

Segundo Ropé e Tanguy (1997), os usos da noção de competência não permitem uma definição conclusiva. Ela se apresenta como uma noção cruzada, cuja capacidade semântica favorece seu uso inflacionado em lugares diferentes, por agentes com interesses diversos. Sob o prisma desses autores, a plasticidade do termo é um elemento de notável força social.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a competência é um sistema de conhecimentos, conceituais e processuais, organizados em esquemas

de serviços. O capital financeiro passou a circular velozmente pelo mundo através das redes informatizadas, chegando mesmo a colocar em cheque os tradicionais padrões de soberania, sua capacidade é de controlar e orientar esses fluxos de investimentos.

operatórios que permitem, no interior de uma família de situações, a identificação de uma ação eficaz.

A competência é entendida por Delors (1998) como um coquetel individual, adquirido pela formação técnica e profissional, e também pelo comportamento social, assim como a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco.

Manfredi (1998) menciona que, no Brasil, a noção de competência, apesar de já ser conhecida no âmbito das Ciências Humanas (notadamente no campo das Ciências da Cognição, da Lingüística), desde 1970, passou a ser incorporada nos discursos dos empresários, dos técnicos dos órgãos públicos, que lidam com o trabalho e por alguns cientistas sociais, como se fosse decorrência natural e imanente ao processo de transformação na base material do trabalho.

A introdução do termo competência acompanha os processos de reconversão produtiva. O discurso da competência foi introduzido no Brasil pelos empresários e também pelos governos. O modelo de competência, além de incorporado pelo SENAI⁵ e outras entidades empresariais, também, é veiculado por documentos governamentais, pelos ministérios do trabalho e da educação.

A palavra competência adquire uma conotação generalizada, pois é indistintivamente, empregada nos campos educacionais e profissionais como se fosse portadora de uma conotação universal. No discurso empresarial há uma tendência a definí-la como estoque de conhecimentos/ habilidades, mas, principalmente, como capacidade de decidir, agir e intervir em situações previstas ou imprevistas.

A noção de competência não despreza nada na busca de resolver problemas, muito menos conhecimentos – dimensão possível e necessária de ser mobilizada. O conhecimento e a noção de competência não podem ser separados, pois os saberes são revalorizados. Por meio da competência o

⁵ SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

"saber-fazer", resultante da experiência e características, nascidas da história individual ou coletiva dos trabalhadores, ganha espaço ao lado dos saberes mais teóricos, tradicionalmente valorizados na lógica da qualificação.

Existe um número considerável de teóricos que se dedicam às pesquisas sobre as dimensões, usos e interesses do termo competência, que ao serem historicamente elaborados, trazem as representações sociais legitimadoras das transformações produtivas e organizacionais, decorrentes do plano material.

A institucionalização do termo é de grande importância. Como menciona Machado (2000), tem um caráter de generalidade, aparentemente consensual e tem servido para padronizar uma forma de pensar o perfil desejado do trabalhador.

Esse referencial vem se configurando num pensamento único sobre a interpretação das demandas do mercado, em relação às transformações nas relações de trabalho, e a busca de maior eficácia econômica. Esse modelo tem imposto uma única alternativa a qual todos deveriam adaptar-se naturalizando os aspectos qualitativos de trabalho e os processos de produção e de gestão dos conhecimentos, saberes dos trabalhadores, tornando-os externos às relações, ações e intenções dos sujeitos envolvidos.

A contribuição da noção de competência é um fator que merece destaque, pois pode implantar como referência, o modelo individualizante. Segundo Hirata (1997), o enfoque pela competência possibilita concentrar a atenção sobre a pessoa mais do que sobre o posto de trabalho e permite associar as qualidades requeridas ao indivíduo e as formas de cooperação intersubjetivas, características de novos modelos produtivos.

Nesta vertente, associa competência a empregabilidade, consideradas sinônimas, uma vez que ambas têm como referencial o indivíduo e permitem um balanço ou uma avaliação de caráter individual e uma certa simetria com relação feita entre desemprego e dispositivos de formação.

As pesquisas acerca das competências evoluem paulatinamente. Machado (2000) destaca a importância de tais avanços, em especial de um

aprofundamento de reflexões sobre as implicações e contradições do uso institucionalizado da noção de competência, pois tais questões têm afetado negociações sociais sobre o uso da força de trabalho, as relações de trabalho, os trabalhadores, especialmente os que tem sido objetos de questionamento sobre a identidade profissional e sobre o valor de sua força de trabalho.

Perrenoud (1999) concorda que a importação do termo competência para o campo pedagógico deu-se do meio empresarial. Nessa ótica, a explicação mais evidente consiste em invocar uma espécie de contágio. Como o mundo do trabalho apropriou-se da noção de competência, a escola estaria seguindo seus passos, sob o pretexto de modernizar-se e de inserir-se na corrente de valores da economia de mercado, como gestão de recursos humanos, busca da qualidade total, valorização da excelência de uma maior mobilidade dos trabalhadores e da organização do trabalho. Todavia, ele afirma que essa moda simultânea da mesma palavra, em campos variados, esconde interesses parcialmente diferentes.

Para Machado (2000), competência não é simplesmente uma soma de itens que integram uma lista de conhecimentos e habilidades, faz parte da historicidade do sujeito, do seu papel como protagonista da prática social. Sua construção é um processo continuamente recomeçado. Impulsiona uma dinâmica de aprendizagem, porém, não se trata de aprendizagem como um simples processo funcionalista de adaptação ao meio, de ajustamento dos indivíduos a um posto de trabalho, cujo conteúdo já está prescrito e definido. Existe um espaço de recomposição e transformação de saberes, trata-se da aprendizagem como estruturação da identidade, processo que conjuga a construção do sujeito e da situação social.

Repensando essas informações não é de se estranhar a inserção do termo na educação com tanto impacto, mesmo o conceito de competência, nesse campo, ainda, sendo tão arbitrário, ou seja, dando margem a múltiplas interpretações. A concepção de competência é nuclear na orientação do discurso de formação inicial de professores.

As competências tratam sempre de alguma forma de atuação. Só existem “em situação” e, portanto não podem ser aprendidas apenas pela comunicação de idéias. Para construí-las, as ações mentais não são suficientes – ainda que sejam essenciais. Não basta a um profissional ter conhecimentos sobre seu trabalho, é fundamental que saiba fazê-lo. (BRASIL. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, 2000, p. 35)

Com seu advento e disseminação estruturam-se reformas nos sistemas de ensino, de forma adaptativa ao que aparenta, atualmente representam o que existe de mais moderno na sociedade e o curso de Geografia das FIRB procura acompanhar tais inovações.

Há um intenso desafio na incorporação do conceito de competência na formação, portanto é de suma importância ampliar as ações voltadas à qualificação que, ao mesmo tempo, precisa contemplar pressupostos que configuram a formação que visam instaurar a competência junto aos seus formandos.

Tal empreendimento envolve rupturas, junto às instituições que se dedicam à formação, que ensejam criar espaços de operacionalização dessa nova forma de formar o trabalhador. E o êxito de tais intervenções está em parte associado à compreensão do significado de qualificação e de competência como expressões que condensam diferentes aspectos da sociedade atual.

A invasão do conceito de competência, no meio educacional, tem ocorrido através das Secretarias de Educação Estaduais. Está presente em documentos oficiais que definem objetivos e estratégias educacionais, no estabelecimento de parâmetros curriculares (Ensino Fundamental, Médio e Superior) e em Planos de Graduação⁶. A palavra competência encontra-se

⁶ Plano de Graduação: Documento que serve de referência para as políticas educacionais destinadas ao ensino da Graduação nas Universidades brasileiras.

presente nas bibliografias de concursos para professor, nos cursos de formação inicial e continuada de professores, em seminários e documentos, etc.

Perrenoud (2002, p. 19), define competência como sendo:

[...] a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e raciocínio.

O autor não nega o conhecimento, ao contrário, afirma que há um grande mal-entendido em pensar que ao desenvolver competências, desiste-se de transmitir conhecimentos, pois as competências manifestadas nas ações utilizam, integram, ou mobilizam conhecimentos. Essas capacidades de mobilização, juntamente com outras habilidades, precisam ser trabalhadas na escola.

Perrenoud (1999, p.7), questiona o papel da escola. Propõe as seguintes questões: “Afim, vai-se à escola para adquirir conhecimentos, ou para desenvolver competências? Pode a escola dar conta de transmitir conhecimentos, e ainda, construir competências?” Para ele, as questões trazem a tona uma tensão que sempre existiu, entre os que querem transmitir a cultura e os conhecimentos em si, e os que querem ligá-los às práticas sociais e utilitarismo. Assim, o dilema educativo é, sobretudo, uma questão de prioridades, sendo impossível fazer tudo, no tempo e no espaço de formação profissionalizante ou de uma escolaridade básica. Ele pergunta:

Conhecimentos profundos ou perícia na sua implementação? O desejo é de responder ambos! O dilema educativo é, sobretudo, uma questão de prioridade: sendo impossível fazer tudo no tempo e no espaço de

uma formação profissionalizante inicial ou de uma escolaridade básica, o que fazer de mais útil? Quem, em longo prazo, poderia defender conhecimentos absolutamente inúteis para a ação, em seu sentido mais amplo? Inversamente, quem, hoje em dia, poderia continuar defendendo um utilitarismo estreito, limitado a algum “savoir-faire” elementar? Agir em uma sociedade mutante e complexa é, antes, entender, antecipar, avaliar, enfrentar a realidade com ferramentas intelectuais. (PERRENOUD, 1999, p.7)

Segundo Perrenoud (1999), a abordagem por competência não rejeita nem os conteúdos, nem as disciplinas, mas sim, a maneira de implementá-los. O que o conceito de competência traz de novo é o poder de gerenciamento da mesma sobre os conhecimentos. A escola tem sido ineficiente na formação de competências sendo que, uma das vias para sair da crise pela qual passa, seria o desenvolvimento de ensino voltado às competências. A crítica sobre a escola e seus atores é uma das primeiras questões que compõem os discursos sobre a necessidade de reformulação do sistema educacional.

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO propõe as diretrizes para educação mundial para o próximo século. Nesse documento, a noção de competência norteia os objetivos da educação acerca dos pilares do conhecimento, descritos como: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

Esses pilares foram escolhidos devido a possibilidade de preparação para a vida. A necessidade de adaptação é sempre ressaltada, contudo é uma prioridade a oferta de condições do alunado de constante atualização, a necessidade de adaptação torna-se sinônimo de sobrevivência.

No Relatório de Delors⁷ (1998), é afirmado que o desafio dado á educação para o novo século é a mudança de objetivos, em uma nova concepção, que deixaria a visão puramente instrumental ligada meramente ao saber-fazer, para uma visão do indivíduo em sua totalidade: aprender a ser.

Não basta, de fato, que cada um acumule, no começo da vida, uma determinada quantidade de conhecimentos que possa abastecer-se indefinidamente. É antes, necessário estar a altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.

O documento afirma que as mudanças nos processos produtivos estão fazendo com que se valorize muito mais a competência pessoal, com qualidades subjetivas denominadas “saber-ser”, “saber-fazer”. Compõe o perfil do trabalhador ideal, como aquele que tem capacidade de comunicar-se, trabalhar em equipe e resolver conflitos. Estas características estão sendo consideradas essenciais, exigindo assim que os processos formativos estejam voltados, prioritariamente, a valorização desses saberes.

Toda essa mudança nos objetivos da educação implica diretamente na prática do professor. Perrenoud (2002) coloca que *para trabalhar com uma abordagem por competência, precisa ocorrer uma transformação na prática dos professores, tanto na sua relação com o saber, quanto na forma de dar aula, passando até pela sua identidade.*

A perícia do professor não consiste em expor conhecimentos de maneira discursiva, mas sim, sugerir e fazer as ligações entre conhecimentos e situações concretas. Na concepção do autor, para ensinar, basta ser um pouco erudito, para formar competências, melhor seria que os formadores as possuíssem.

Perrenoud (1999) parte da concepção de que o ofício docente não consistiria apenas em ensinar, mas sim em fazer aprender, criar situações favoráveis, que aumentem a probabilidade do aprendizado visado. Para ele, a

⁷No relatório de Delors em 1998 foram mencionados os seguintes pilares essenciais à formação de competências: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Viver Juntos.

“revolução das competências” acontecerá se, durante a formação profissional, os futuros docentes experienciarem, pessoalmente, o que compõe uma prática pedagógica competente.

Na preparação do indivíduo, para as necessidades do mundo contemporâneo, o professor tem o papel fundamental de contribuir para a formação desse homem. Mas como formar para competência sem o domínio da mesma? Essa é uma grande preocupação existente nas políticas educacionais

O Plano Nacional de Graduação (2005), um documento referencial para a criação de políticas educacionais, destinadas ao Ensino de Graduação nas Universidades brasileiras, apresenta preocupações com a formação dos indivíduos inseridos no contexto de rápidas mudanças.

Conforme o ponto vista focado no documento anteriormente mencionado, *a Graduação, em particular, a formação para o exercício de uma profissão, em uma era de rápidas, constantes e profundas mudanças, requer, necessariamente, atenta consideração por parte da Universidade. A decorrência normal deste processo parece ser a adoção de nova abordagem, de modo a ensejar aos egressos a capacidade de investigação.*

Nessa perspectiva de formação, o indivíduo deve ser preparado para estar sempre aprendendo, condição “*sine qua non*”⁸ de adaptação ao novo modelo de economia, onde competências passam a ser uma exigência para a prática desse profissional. A graduação não deve restringir-se à perspectiva de uma profissionalização estrita, especializada. Há que propiciar a aquisição de competências em longo prazo.

Na Proposta de Diretrizes para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Nível Superior (2000), documento elaborado pela equipe do Ministério da Educação, enviado ao Conselho Nacional de Educação para aprovação; as competências são o conceito nuclear da intervenção pedagógica pretendida, procurando fazer a passagem de um ensino centrado no saber e no conhecimento, para um ensino centrado nas competências.

⁸“sine qua non”: Expressão utilizada para designar condição única.

Nesse documento são mencionadas as competências a serem desenvolvidas na formação de professores, referem-se: ao comprometimento com os valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática; a compreensão do papel social da escola; ao domínio dos conteúdos a serem socializados e de seu significado em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar, ao domínio do conhecimento pedagógico; ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática, ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

A profissão docente depende do comprometimento com os valores estéticos, políticos e éticos para contribuir com a construção de uma sociedade democrática, justa e digna, onde existam princípios norteadores das decisões metodológicas e didáticas. Assim os professores irão reconhecer e respeitar a diversidade manifesta pelos discentes em suas múltiplas dimensões e assim alcançar o zelo pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar.

Em relação ao domínio das competências referentes a compreensão do papel social da escola é fundamental que se realizem análises acerca da escola e os contextos em que as instituições de ensino estão imersas, pois a prática educativa tem que levar em conta as características do aluno e da comunidade em prol de estabelecer parcerias.

O domínio de competências ligado ao domínio de conteúdos passa pelo crivo da articulação interdisciplinar, que depende do uso de novas tecnologias para promover a efetiva aprendizagem. É muito importante considerar fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos. Para que o professor realize uma prática de qualidade, é imprescindível a competência de ser proficiente no uso da Língua Portuguesa, em todas as tarefas, atividades e situações sociais que forem relevantes para o exercício profissional.

No tocante ao domínio do conhecimento pedagógico são fundamentais os hábitos de planejar, criar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas, utilizando diferentes e flexíveis modos de organização do tempo, do espaço de

desenvolvimento e aprendizagem, por conseguinte os educadores têm que aprender a manejar as diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, a diversificar as possíveis atividades pelo potencial de uso de diferentes situações.

As competências referentes ao conhecimento de processos de investigação possibilitam o aperfeiçoamento da prática pedagógica através de procedimento de pesquisa para atualização e tomada de decisões em relação aos conteúdos de ensino, almejando o uso de resultado das pesquisas e o aprimoramento da prática educacional.

As competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional compõem uma grande preocupação com a ampliação do horizonte cultural, pois, possibilitam a atitude de disponibilidade para a atualização e permitem ao educador compartilhar experiências práticas de pesquisa.

Focalizar as competências a serem constituídas na Educação Básica, introduz um novo paradigma curricular onde os conteúdos, não têm sustentação apenas em si mesmos, mas constituem meios para o desenvolvimento de capacidades.

Não será possível atender às demandas de transformação da Educação Básica se não mudarmos a tradicional visão do professor como alguém que se qualifica unicamente por seus dotes pessoais de sensibilidade, paciência e gosto no trato com crianças e adolescentes. É preciso enfrentar o desafio de fazer da formação de professores uma formação profissional de alto nível. Por formação profissional, entende-se que não seja uma formação genérica e nem apenas acadêmica, mas voltada para o atendimento das demandas de um exercício profissional específico. É fundamental que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em

ação. Essa formação deve ser de alto nível no cuidado e na exigência, tanto em relação ao que é oferecido pelo curso quanto ao que são requeridos dos futuros professores. (BRASIL. MEC, 2000, p. 8)

O documento acima citado apresenta as novas exigências postas perante o professor, onde o termo competências é central para o perfil desse novo profissional. A abordagem por competências é apresentada como instrumento norteador de toda a prática profissional e da proposta pedagógica, quanto à organização institucional e gestão da escola de formação.

Segundo consta no documento, não é mais suficiente ter competência para ensinar, o professor terá que demonstrar competência para produzir resultados na aprendizagem do aluno. Essa competência implica no saber fazer em diferentes situações.

...as competências tratam sempre de alguma forma de atuação, só existem em situações e, portanto, não podem ser aprendidas apenas pela comunicação de idéias. Não basta a um profissional ter conhecimento sobre seu trabalho, é fundamental que saiba fazê-lo. (BRASIL. MEC, 2000, p.35)

Tendo como premissa básica os discursos engendrados até então, é possível constatar alguns consensos, tais como: o papel da escola e do professor no processo de formação de sujeitos, que estão se preparando para a inserção no mundo do trabalho e nas práticas sociais.

Embora em nenhum dos exemplos dados se negue à escola o papel de transmissora de conhecimentos, afirma-se que a mesma tem sido ineficiente na preparação para a vida, para os novos desafios de mercado de trabalho, para as práticas sociais.

Em todos os documentos há um caráter conciliador, cuja abordagem

por competências é colocada como uma via de solução, entre a transmissão de conhecimentos e a formação aplicável ao cotidiano, ou seja:

A construção de competências é, pois inseparável da formação de esquemas de mobilização dos conhecimentos com discernimento, em tempo real, ao serviço de uma ação eficaz. Ora, os esquemas de mobilização de diversos recursos cognitivos em uma situação de ação complexa desenvolvem-se e estabilizam-se ao sabor da prática. No ser humano, com efeito, os esquemas não podem ser programados por uma intervenção externa. Não existe, a não ser nas novelas de ficção científica, nenhum transplante de esquemas. O sujeito não pode tampouco construí-los por simples interiorização de um conhecimento procedimental. Os esquemas constroem-se ao sabor de um treinamento de experiências renovadas, ao mesmo tempo redundantes e estruturantes, treinamento esse tanto mais eficaz quando associado a uma postura reflexiva. (PERRENOUD, 1999, p. 10).

A formação de competências aplicável ao cotidiano pode ser considerada como uma das vias de solução para o embate entre a formação humana e a mera transmissão de conhecimentos. Mesmo considerando este viés, correr-se o risco dessa competência ser encarada como sinônimo de normalidade aparente, sofrendo assim uma naturalização de sua face assumindo um papel preponderante no trabalho educacional encarnando assim idéias neoliberais.⁹

⁹ Idéias neoliberais: uma nova fase radical do capitalismo cuja proposta é dar ao mercado a primazia sobre o Estado. Sob a ótica neoliberal o que é privado é necessariamente bom e o que é público é ruim, o mundo é visto como um grande mercado.

Diante de tudo que foi exposto o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional procuram sistematizar convergências com as quais o Curso de Geografia se compromete através do Projeto Político Pedagógico e das ações cotidianas. Trata-se de uma junção de discussões acerca de competências e habilidades, que visam um caminhar coletivo rumo ao desenvolvimento da missão institucional que propõe a **“excelência na formação do homem pleno almejando a sociedade igualitária”** em prol de:

[...] educar para garantir a formação de cidadãos aprendentes, diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade intelectual, ética, estética e social ¹⁰.

1.3.2. NSA (não se aplica ao curso)

1.3.3. Objetivos do curso

A preocupação diante da formação de competências, pertinentes ao ofício docente, vem, nos últimos anos, configurando-se como um apelo na esfera educacional, política e social. Partindo do suporte teórico de autores que se destacam e contribuem para este debate, são parâmetros de análise os pressupostos alinhavados por: Dolz (2004), Perrenoud (2004), Ramos (2002) Rios (2001), Ropé (2004), dentre outros, por considerar que este viés valoriza a relação dinâmica entre os professores e alunos, possibilitando assim a reflexão contínua do pensar e agir docente tendo em vista a capacidade de resolver

¹⁰ Faculdades Integradas Rui Barbosa. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, Andradina, 2003, pág. 10.

problemas, portanto a formação de competências e habilidades. A reflexão teórica indica que a lógica das competências desponta como principal fator da organização dos conhecimentos e das ações da atmosfera escolar, oscilando entre a lógica de adaptação ao mundo do trabalho e a formação da autonomia do professor, além disto, a prática vem há tempos incidindo acerca da necessidade da Pedagogia das competências nas mais diversas áreas do conhecimento em prol de elevar a qualidade do ensino ofertado nas escolas.

A formação de professores de Geografia para a Educação Básica deverá voltar-se ao desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes ao ofício docente e às práticas sociais, abrangendo o exercício da cidadania planetária e preparação para o mundo do trabalho. Almejasse que o curso de Geografia possa:

Contribuir para o desenvolvimento em termos de conservação ecológica, crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida das populações;

Interagir com as modernas abordagens e princípios do desenvolvimento sustentável relacionando o saber pedagógico com o geográfico;

Oferecer práticas acadêmicas que permitam desenvolver projetos de pesquisa e produzir conhecimento em Geografia capazes de auxiliar a compreensão e a especialização de elementos e processos naturais e humanos;

Propiciar condições para que o licenciado possa atuar como docente, problematizando com ao educandos da Educação Básica os conhecimentos, objetos de estudo no âmbito da Geografia e de suas interrelações com as demais Ciências.

Criar situações fecundas ao desenvolvimento do graduando para que tenha o domínio de metodologias coerentes ao exercício do magistério considerando as exigências contemporâneas frente à Pedagogia das competências.

Favorecer conhecimentos de técnicas estatísticas e cartográficas que sirvam como instrumento de representação e interpretação de dados geográficos;

Estimular a necessidade de formação continuada e atualização permanente do profissional, bem como a conscientização das problemáticas

ligadas ao relacionamento com a sociedade com a natureza, através da Pesquisa e Extensão.

1.3.4. Perfil do egresso da área de atuação, competências e habilidades.

Espera-se que o acadêmico compreenda os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base em elementos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia. Considera-se também essencial o aprimoramento das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

Competências e habilidades a serem desenvolvidas ao decorrer do curso:

**Identificar, analisar e avaliar o impacto das transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas no seu “lugar-mundo”, comparando, analisando e sintetizando a densidade das relações e transformações que tornam concreta a realidade vivida;*

**Compreender a aplicabilidade de conceitos básicos da Geografia em situações cotidianas, formando hábitos, valores e atitudes pertinentes às atuais transformações sociais, econômicas e multiculturais, rumo à capacidade crítica e criativa, despojada de interesses da ideologia dominante ou de opções meramente pessoais;*

**Reconhecer na aparência das formas visíveis e concretas do espaço geográfico atual a sua essência, ou seja, os processos históricos, construídos em diferentes tempos, e os processos contemporâneos, conjunto de práticas dos diferentes agentes, que resultam em profundas mudanças na organização e no conteúdo do espaço;*

**Refletir os fenômenos espaciais a partir da seleção, comparação e interpretação, identificando singularidades ou generalidades de cada lugar, paisagem ou território;*

**Selecionar e elaborar esquemas de investigação que desenvolvam a observação dos processos de formação e transformação dos territórios, tendo em vista as relações de trabalho, a incorporação de técnicas e tecnologias e os estabelecimentos de redes sociais.*

**Interpretar e refletir sobre os códigos lingüísticos da Geografia, tais como: mapas, tabelas, gráficos, considerando-os como elementos de representação de fatos e fenômenos espaciais.*

**Reconhecer e aplicar o uso de escalas cartográficas e geográficas como formas de organizar e conhecer a localização, distribuição e freqüência dos fenômenos naturais e humanos.*

**Analisar e comparar, interdisciplinarmente, as relações entre preservação e degradação da vida no Planeta, tendo em vista o conhecimento da sua dinâmica e a mundialização dos fenômenos culturais, econômicos, tecnológicos e políticos que incidem sobre a natureza, nas diferentes escalas: local, regional, nacional e global.*

1.4. Projeto Pedagógico do curso-PPC: currículo.

A preparação do profissional do curso de Geografia depende de uma grande preocupação com a atual ascensão da noção de competência e sua influência nas reformas curriculares da Educação Básica e no Ensino Superior, busca compreender como estão sendo estruturados e formulados os currículos

organizados em função da noção de competência e como estes estão sendo assimilados no discurso e na prática docente, logo a noção de competência é tomada como principal fator de organização curricular do curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina, assumindo papel de destaque ante os conteúdos a serem ensinados.

Nos últimos anos no Brasil, como destacam Lopes e Macedo (2002), as discussões sobre currículo vêm assumindo maior importância, principalmente em razão de reformas curriculares que buscam promover alterações nos processos educativos das escolas. Dentre essas reformas, podemos citar aquelas que defendem um currículo voltado para a construção de competências no aluno, com o argumento de que o ensino por competência é a mais nova palavra de ordem na educação brasileira (Gentile & Bencini, 2000).

É crescente a utilização, nos discursos educacionais, de afirmações que defendem que a escola deve dar prioridade ao desenvolvimento de competências, e não à transmissão de conhecimentos. Essa utilização parece estar atrelada à visão de Perrenoud (1999), ao enfatizar que os currículos voltados para a construção de competências devem promover uma limitação "drástica da quantidade de conhecimentos ensinados e exigidos" (p. 10), dando prioridade a conteúdos que possam ser exercitados, no âmbito escolar, pela mobilização em situações complexas. Ou seja, não se poderia formar competências por meio de um currículo que privilegie apenas a transmissão de conhecimento, sem promover situações em que esse conhecimento seja mobilizado. A primazia das competências sobre os conhecimentos, nessa perspectiva, assume relevância fundamental nas decisões curriculares.

Perrenoud (1999), ao defender um ensino voltado para a construção de competências, questiona se não estaria no momento de substituir a reflexão especulativa e idealista que preside a elaboração dos currículos escolares por uma transposição didática apoiada em uma análise prospectiva e realista das situações da vida. "A escola só pode preparar para a diversidade do mundo

trabalhando-a explicitamente, aliando conhecimentos e *savoir-faire* a propósito de múltiplas situações da vida de todos os dias" (p. 75).

Dessa forma, as propostas curriculares do curso de Geografia estão pautadas em tal visão, portanto não poderiam se limitar a ensinar conhecimentos inúteis à ação. A construção de competências na escola leva a uma reavaliação da quantidade e da qualidade dos saberes transmitidos, pois só são considerados válidos aqueles que podem ser mobilizados em determinadas situações. Os currículos por competências, na visão de Perrenoud (1999), devem construir uma relação com o saber menos pautada em uma hierarquia baseada no saber erudito descontextualizado, visto que os conhecimentos sempre se ancoram, em última análise, na ação.

Assim, no currículo organizado por competências, como aponta Ropé (2002), os conhecimentos passam a ser definidos em termos da identificação com a ação que deve ser realizada pelo aluno.

Pode-se, então, concluir que a noção de competência, enquanto princípio de organização curricular, insiste na atribuição do "valor de uso" de cada conhecimento. Os conteúdos escolares desvinculados das práticas sociais são tratados como "sem sentido pleno" e os currículos não devem mais definir os conhecimentos a serem ensinados, mas sim as competências que devem ser construídas. Em um currículo voltado para a construção de competências, o que importa não é a transmissão do conhecimento acumulado, mas sim a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja o que se projeta (Machado, 2002). A partir das análises engendradas é que a matriz curricular do curso de Geografia das FIRB foi idealizada, considerando profundas reflexões sobre a validade dos conhecimentos.

A MATRIZ CURRÍCULAR

Inúmeras têm sido as reflexões acerca do curso de Geografia, em especial acerca da formação de competências e habilidades coerentes a atualidade. Foram realizados vários estudos, encontros e alterações metodológicas em prol de atender as inusitadas demandas de atuação. Tal interesse de inovação ocorreu em função de uma reflexão aprofundada na demanda de atuação e por uma exigência proveniente do próprio corpo discente, além das exigências do administrativo, que não mediu esforços para que houvessem estudos acerca da formação de competências e habilidades, inclusive ocorreu um Fórum Institucional acerca da pedagogia das competências promovido pelas FIRB no ano de 2007. ¹¹

MATRIZ CURRICULAR – TURMA INICIANTE EM 2007

1º PERÍODO

CÓDIGOS	DISCIPLINAS	AULAS	CH
FI-499	Introdução à Ciência Geografica	04	80
FI-476.A	Geografia Física I – cartografia e geomorfologia	04	80
FI-456.A	Antropologia Cultural I	04	80
FI-401.A-	Sociologia I	04	80
FI-121-	Didática	04	80
FI-126	Atividades acadêmico-científico-culturais I		30
	Total da Carga Horária		430

2º PERÍODO

¹¹ As Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina realizou um Fórum sobre formação de competências no ano de 2007, devido a grande preocupação de atender às atuais exigências de formação dos acadêmicos, considerando a necessidade de formação de competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho e pelas práticas sociais.

CÓDIGOS	DISCIPLINAS	AULAS	CH
FI-477	Geografia Física II – climatologia e hidrografia	04	80
FI-466.A	Geografia Humana I	04	80
FI-457	Antropologia Cultural II	04	80
FI-111	Sociologia da Educação I	04	80
FI-115	Psicologia da Educação I	04	80
FI-210	Atividades acadêmico-científico-culturais II		30
	Total da Carga Horária		430

3º PERÍODO

CÓDIGOS	DISCIPLINAS	AULAS	C.H.
FI-486.A	Geografia Econômica I	04	80
FI-467	Geografia Humana II	04	80
AD-701.A	Filosofia	04	80
FI-171	Estrutura e funcionamento do E.F. e E.M.	04	80
FI-163-	Metodologia do Ensino de Geografia	04	80
FI-210-	Atividades acadêmico-científico-culturais III		30
	Total da Carga Horária		430

4º PERÍODO

CÓDIGOS	DISCIPLINAS	AULAS	C.H.
FI-487	Geografia Econômica II	04	80
FI-485	Geografia Agrária I	04	80
FI-481.A	Geografia Regional I	04	80
FI-471.A	Geografia do Brasil I	04	80
FI-488	Trabalho de campo em geografia	02	40

CC-650	Metodologia científica	02	40
CC-269.A	Estágio Curricular Supervisionado I	05	100
FI-240	Atividades acadêmico-científico-culturais IV		30
	Total da Carga Horária		530

5º PERÍODO

CÓDIGOS	DISCIPLINAS	AULAS	C.H.
FI-486	Organização do Espaço Mundial I – América e Europa	04	80
FI-485-	Geografia Agrária II	04	80
FI-482	Geografia Regional II	04	80
FI-472.A	Geografia do Brasil II	04	80
CC-270.A	Estágio Curricular Supervisionado II	07	140
FI-500	Atividades acadêmico-científico-culturais V		40
	Total da Carga Horária		500

6º PERÍODO

CÓDIGOS	DISCIPLINAS	AULAS	C.H.
FI-489	Geografia Urbana I	04	80
FI-486-	Organização do Espaço Mundial II – Ásia, África, Oceania e Antártica.	04	80
FI-490	Educação Ambiental	04	80
FI-194.A-	Tecnologias Educacionais	02	40
FI-511	LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais	02	40
CC-271.A	Estágio Curricular Supervisionado III	08	160
FI-500-	Atividades acadêmico-científico-culturais VI		40

	Total da Carga Horária		520

Carga Horária Total 2840

Exigência-Resolução CNE/CP 2 – 19.02.2002.....2800

1.4.1. Coerência dos conteúdos curriculares com os objetivos do curso.

Na elaboração da matriz curricular do Curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa houve uma estrutura básica de organização, contemplaram-se disciplinas de fundamentação geográfica, conteúdos específicos, práticas de ensino, e conhecimentos básicos, distribuídos entre seis semestres, suscitando propiciar situações fecundas a formação dos acadêmicos através de uma preparação sólida e satisfatória nos diversos campos de atuação, ou seja, como educadores de Geografia ou enquanto profissionais institucionais.

O conjunto de todas as disciplinas em consonância com os princípios norteadores garantirá a formação sólida e consistente a que se espera alcançar, há que se alcançar também os objetivos propostos. É válido destacar que são de grande valia as contribuições específicas que cada núcleo de unidades de ensino enfoca.

Vale ressaltar que o profissional do campo da Geografia, esteja ele voltado para o ensino, à pesquisa ou às instituições, precisa dominar saberes do campo geográfico, cujas disciplinas se dividem em: Geografia Física I e II; Geografia Econômica I e II; Geografia do Brasil I e II; Geografia Agrária I e II; Geografia Urbana, Geografia Regional I e II; Geografia Humana I e II. As disciplinas anteriormente mencionadas necessitam de diálogos interdisciplinares, pois assim como os demais conhecimentos a elas acoplados dependem do trabalho em equipe entre os profissionais que atuam nesta

instituição, hajam vistas as relações entre disciplinas e a criação de elos entre aspectos geográficos regionais, locais e mundiais.

O acadêmico há que ser um agente construtor de sua formação de modo linear, tal caminho depende de engajamento, investimento e compromisso, logo foi pensando nisto que desde o início do curso foram logradas as disciplinas de caráter essencialmente teórico, por acreditar que as mesmas constituem elementos cruciais ao profissional da Geografia.

A expectativa de contemplar o processo formativo para o campo educacional, ancorado nos princípios qualitativos e na formação de competências e habilidades por parte de alunos e professores depende o oferecimento das disciplinas pedagógicas que abarcam um número considerável das horas atribuídas ao processo de formativo dos acadêmicos.

As disciplinas pedagógicas almejam preparar o graduando a conhecer Geografia, fazer Geografia, mas acima de tudo ensinar Geografia a partir de metodologias diversificadas, situações-problema, interrelações entre teorias e práticas, compreendendo possibilidades e condições limitadoras dessa prática pedagógica. Assim as disciplinas: Didática; Sociologia da Educação; Psicologia da Educação; Estrutura e funcionamento do E.F. e E.M.; Metodologia do Ensino de Geografia; Estágio Curricular Supervisionado I, II e III; Educação Ambiental; Trabalho de campo em Geografia; Metodologia Científica foram distribuídas ao longo dos seis semestres do curso.

As disciplinas de caráter formador geral são de grande valia para a formação de um cidadão e profissional norteado por princípios éticos e morais, dotados de capacidades como: adaptação a diferentes contextos, autonomia moral e intelectual, decisão em situações inusitadas, criticidade e criatividade, dentre outras. Neste viés encontram-se as discussões oferecidas das disciplinas: Antropologia Cultural I e II; Sociologia; Filosofia; Tecnologias educacionais.

As disciplinas da área de pesquisa acopladas as atividades complementares, compõem caminhos para se empreender a tríade: ensino, pesquisa e extensão. Tríade esta essencial a formação do aluno, pois a

construção do saber geográfico e das práticas profissionais são processuais e contínuas, portanto exigem rigorosidade metódica, disponibilidade ao diálogo(fundamentado), cientificidade, flexibilidade, experimentação. As disciplinas de Trabalho de campo e de Metodologia Científica, estão amparadas em práticas realizadas nas diversas atividades que complementam a formação desses alunos como trabalho de campo, eventos científicos, pesquisas, Seminários, atividades culturais, dentre outras.

Diante de tudo que foi exposto neste item espera-se propiciar situações fecundas a formação integral dos acadêmicos contribuindo para o desenvolvimento em termos de conservação ecológica, crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida das populações. Para tanto se almeja estabelecer interações entre as modernas abordagens e princípios do desenvolvimento sustentável relacionando o saber pedagógico com o geográfico. É de suma relevância o favorecimento de conhecimentos de técnicas estatísticas e cartográficas que sirvam como instrumento de representação e interpretação de dados geográficos bem como o domínio de conhecimentos específicos da área de conhecimento;

O intuito central é de oferecer práticas acadêmicas que permitam desenvolver projetos de pesquisa e produzir conhecimento em Geografia capazes de auxiliar a compreensão e a especialização de elementos e processos naturais e humanos, oferecendo ao acadêmico condições de *atuação como docente*. Espera-se que este profissional a partir das disciplinas e vivência de práticas seja competente e hábil para problematizar com os educandos da Educação Básica os conhecimentos, objetos de estudo no âmbito da Geografia e de suas interrelações com as demais Ciências partindo da ótica da formação de competências e habilidades, valorizando a postura interdisciplinar.

De um modo geral o compromisso do curso é de criação de situações favoráveis ao desenvolvimento do graduando para que tenha o domínio de metodologias coerentes ao exercício do magistério considerando as exigências contemporâneas frente esta Pedagogia das competências, que atualmente

desponta com tanto fervor. A coerência dos conteúdos curriculares com os objetivos do curso indicam para o estímulo a formação contínua e atualização permanente do aluno, futuro profissional, bem como a conscientização das problemáticas ligadas ao relacionamento com a sociedade e a natureza, através de pesquisas e vivências.

1.4.2. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado dos egressos.

O ponto de partida é a implementação de ações, tendo em vista uma análise conjunta dos objetivos a serem atingidos em cada disciplina, norteando os conteúdos programáticos a partir desses objetivos. Do mesmo modo, a coerência entre conteúdos curriculares e o perfil dos egressos depende da adoção de um currículo flexível e interdisciplinaridade que reflita as necessidades contemporâneas em busca da obtenção do perfil desejado do egresso, principalmente considerando a pedagogia de competências e habilidade

A flexibilidade curricular assumida pelo curso de Geografia das FIRB permite a atualização constante das atividades acadêmicas, refletindo as mudanças que ocorrem cada vez mais rapidamente no cenário nacional e regional, enquanto a interdisciplinaridade¹² rompe com a fragmentação do saber, proporcionando a necessária visão do todo para o bom desempenho profissional.

A grade curricular leva em conta as maneiras pelas quais as disciplinas se relacionam e o papel dessas relações para o alcance das características desejadas no perfil do egresso. Flexibilidade curricular possibilita

¹² Com o processo de especialização do saber, a *interdisciplinaridade* mostrou-se como uma das respostas para os problemas provocados pela excessiva compartimentalização do conhecimento. No final do séc. XX, surge a necessidade de mudanças nos métodos de ensino, buscando viabilizar práticas interdisciplinares.

desenvolver atividades com diversas destinações, bem como implementar estudos centrados em casos reais.

Um currículo comprometido com o desempenho qualitativo do aluno e do professor, sinalizando a atividade de pesquisa como atitude básica e cotidiana tem a vantagem de formar um profissional dotado de elaboração própria, capaz de enfrentar novos desafios e atualizar-se, porque aprendeu a pesquisar, como por exemplo problemas sociais, econômicos e culturais que repercutem na prática do cotidiano devem ser considerados na vivência acadêmica e nas relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem.

A partir dos princípios acima citados será possível garantir a eficácia e coerência dos conteúdos curriculares com o perfil dos egressos, considerando a conjuntura atual. O intuito é de que os acadêmicos compreendam os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base em elementos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia a partir do aprimoramento das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico, desenvolvendo competências e habilidades.

1.4.3. Adequação curricular face às Diretrizes Curriculares Nacionais (indicador imprescindível).

A formulação do atual Projeto Pedagógico de formação acadêmica e profissional em Geografia foi orientada pelas Diretrizes Curriculares integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, estabelecidas pelo MEC para os cursos de Geografia segundo a Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002. Além de visar à atualização dos conceitos e métodos de pesquisa e ensino geográficos, este trabalho buscou a compreensão da realidade acadêmica na qual serão aplicados. Por essa razão, realizou-se o levantamento e análise do perfil socioeconômico do aluno que entra para a instituição e da realidade que o envolve.

O currículo de Geografia atende às Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo MEC/ Conselho Nacional de Educação, e tem seu fundamento legal na Lei 9394/96. A reestruturação da grade curricular, implantada a partir de 2004-1, está fundamentada na Resolução do CNE/CP no 2 de 19/02/02.

O novo currículo de Geografia concretizou as 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso nas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado I, II, e III, que estão inseridas no quarto, quinto e sexto períodos, respectivamente. Em cada uma delas, o professor responsável pela disciplina trabalhará tendo em vista articular teoria e prática, que é o seu principal foco.

Por outro lado, por se tratar de uma Licenciatura, inserimos disciplinas de conhecimentos básicos ao currículo: Sociologia, Antropologia Cultural, Filosofia e Tecnologias educacionais. O intuito foi de ofertar uma sólida formação geral que propicie o desenvolvimento da capacidade crítica, da autonomia, oferecendo um suporte para compreender as especificidades do conhecimento, contribuindo para a formação do docente e também do especialista, por conseguinte é o conhecimento científico a serviço da cidadania planetária, em prol de atender a globalização do conhecimento.

O currículo está orientado para a formação de cidadãos aptos a exercer suas profissões com competência e habilidades gerais e específicas, nos ensinos Fundamental e Médio, nas instituições públicas e particulares, sintonizados com as novas tendências metodológicas que hoje balizam a ciência geográfica e as Diretrizes Curriculares emanadas da LDBEN¹³.

O curso de geografia vem apresentando sucessivas reformulações curriculares que atendam as atuais demandas de revisão dos conteúdos e métodos da ciência geográfica. A atual estruturação curricular do curso está

¹³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

dividida em quatro núcleos abrangentes de enfoques do conhecimento geográfico atual, as quais serão norteadoras dos projetos de ensino, extensão e pesquisa, no decorrer dos semestres.

Os quatro abrangentes núcleos que contemplam os conteúdos básicos e complementares do conhecimento geográfico foram elaborados da seguinte forma:

<i>NÚCLEO DA FUNDAMENTAÇÃO GEOGRÁFICA:</i>
Introdução à ciência Geográfica
Organização do Espaço Mundial I-América e Europa
Organização do Espaço Mundial II-América e Europa
Geografia Física I
Geografia Física II

<i>NÚCLEO DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:</i>
Geografia Econômica I
Geografia Econômica II
Geografia do Brasil I
Geografia do Brasil II
Geografia Agrária I
Geografia Agrária II
Geografia Urbana
Geografia Regional I
Geografia Regional II
Geografia Humana I
Geografia Humana II

NÚCLEO DA PRÁTICA DE ENSINO E PESQUISA:
Didática
Sociologia da Educação I
Psicologia da Educação I
Estrutura e funcionamento do Ensino Fundamental e Ensino Médio
Metodologia do Ensino de Geografia
Estágio Curricular Supervisionado I
Estágio Curricular Supervisionado II
Estágio Curricular Supervisionado III
Educação Ambiental
Trabalho de campo em Geografia
LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais

NÚCLEO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS
Antropologia Cultural I
Antropologia Cultural II
Sociologia
Filosofia
Tecnologias Educacionais

A preocupação na elaboração da estrutura curricular do curso de Geografia foi de fugir à tradição acadêmica das disciplinas compartmentadas dos cursos de graduação, que tem por finalidade fornecer apenas ao aluno conhecimentos básicos na carreira escolhida, ou seja, conhecimentos teóricos dissociados entre si. Os conhecimentos básicos, além de proporcionar em informações teóricas, devem também permitir a construção de caminhos que levem à operacionalização de conhecimentos. Para isso, esses conhecimentos

devem estar associados entre si dentro de uma visão interdisciplinar, assim como também deve ocorrer para as áreas de enfoque do estudo geográfico, as quais abrangem esses conceitos, teorias e metodologias.

As FIRB investem e mobilizam esforços para a concretização de uma proposta de elaboração de curso que permita o profissional competente e habilitado a “Fazer Geografia” e “Ensinar Geografia”, como a própria ciência é caracterizada: uma proposta generalizadora devido as suas inter-relações espaciais, e ao mesmo tempo, específicas quanto à análise fragmentada dos elementos espaciais, sejam eles, sociais ou naturais. Por essa razão, após a fragmentação do estudo geográfico nos quatros diferentes núcleos, deve-se buscar a integração destes mesmos, pois, permanecendo isolados, não serão representativos de um legítimo estudo geográfico.

A partir da implantação do novo currículo, os professores do curso têm sido estimulados a realizarem projetos de pesquisa e extensão sobre temas específicos de Geografia, assim como de outros temas correlatos de ciências afins, traçando-se um caráter interdisciplinar ao curso.

Ensino

O processo ensino-aprendizagem é a função principal de uma faculdade que procura sempre a excelência acadêmica, como as FIRB de Andradina. Para tal objetivo ser atingido, serão desenvolvidas associadamente as atividades e a prática de ensino no curso de Licenciatura em Geografia, em busca de uma articulação com as atividades de pesquisa e extensão.

As atividades de ensino são realizadas em classe e extra-classe, atendendo os conteúdos da Educação Básica e do conhecimento geográfico. Em salas de aula, desenvolve-se fundamentação teórica, discussões, debates, seminários, leitura e interpretação de textos científicos e análise crítica, enquanto as atividades extra-classe consistem em visitas técnicas, trabalhos de

campo, trabalhos em laboratórios, oficinas de licenciatura, palestras, mesas-redondas e reuniões científicas (Congressos, Simpósios, dentre outros).

É fato que o professor de Ensino Fundamental e Médio não pode se contentar em ser apenas um reproduzidor de conhecimentos produzidos pelos especialistas acadêmicos. A capacidade de formular sínteses didáticas a partir da produção acadêmica consagrada ou recente, o estímulo ao aluno para o aprendizado de uma Geografia que lhe sirva de ferramenta de compreensão e intervenção para a sociedade e a rejeição aos mitos e dogmas consagrados no passado, exigem do professor de Geografia uma atitude crítica que só pode ser formada quando tal profissional se capacita para a produção do conhecimento original.

Para isso, é necessário centrar esforços na atualização e aperfeiçoamento do seu corpo docente e discente, para que sejam cumpridos e atingidos os objetivos, as habilidades e competências, os pressupostos metodológicos e processos avaliativos que constam desse Projeto Pedagógico do Curso de Geografia.

Pesquisa

As atividades de pesquisa são fundamentais à formação de um profissional competente e habilitado na área de ensino, pois contribuem para o desenvolvimento de sua capacidade de pensar, refletir e buscar soluções frente aos problemas sociais eminentes. Dessa forma, a pesquisa completa o processo de ensino-aprendizagem, gerando uma visão crítica e politicamente engajada no corpo docente e discente, os quais se deparam com sucessivas interpretações espaciais representativas das constantes transformações induzidas pelas sociedades. Essa real dinâmica espacial-social demanda, ao longo do tempo, revisões atualizadas de conceitos, teorias e procedimentos metodológicos do conhecimento geográfico, o que, por sua vez, servirá como subsídios de fundamentação teórica para a sua aplicabilidade no cotidiano. Por essa razão, a

pesquisa não pode se dissociar das políticas didáticas-pedagógicas promovidas para o ensino e a extensão do curso de Geografia.

Pretende-se incentivar o desenvolvimento de Pesquisa através do corpo docente e discente do curso, os quais apresentam um cunho de iniciação científica. Ressaltando que há uma disciplina quarto período essencial a formação dos acadêmicos neste sentido: Metodologia Científica que pode atrelar-se a disciplina de Trabalho de campo em Geografia (também no 4º período), para apresentação de resultados de pesquisa.

Extensão

O curso de Geografia visa melhor atender às necessidades acadêmicas de seus alunos, formando profissionais de qualidade, com postura ética e compreendedores da realidade de seu tempo e espaço. O desenvolvimento dos cursos de extensão vai ao encontro do objetivo geral do curso, pois a postura ética deve ser compreendida num conjunto que englobe responsabilidade civil, cidadania, compromisso coletivo e caráter humanístico.

Almeja-se atender a Missão da FIRB: “*Excelência na formação do homem pleno almejando a sociedade igualitária*”. É de suma relevância considerar que a missão da instituição de educação Superior de caráter privado é educar para garantir a formação de cidadãos aprendentes, diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade intelectual, ética, estética e social.

As atividades de extensão permitem uma interação/interrelação mais eficaz entre as diferentes disciplinas obrigatórias componentes da estrutura curricular do Curso de Geografia, fazendo parte integrante e importante do fazer pedagógico do referido curso. Os professores, em integração com o Projeto

Político Pedagógico do curso, vêm realizando diversas atividades complementares, visando alcançar o acima proposto, como visitas técnicas e trabalhos de campo. Além de debates, palestras, mesas-redondas, fóruns, seminários, oficinas, workshop e congressos com professores e pesquisadores oriundos de outras instituições, bem como com professores de nossa Instituição.

1.4.4. Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso.

Existem inúmeras reflexões acerca das novas metodologias necessárias ao desenvolvimento de competências na escola. As práticas pedagógicas dependem de repensar e melhorar o ensino optando sempre pela atualização de seus conteúdos e pela adequação às necessidades dos alunos e dos setores da sociedade aos quais, cada instituição se vincula.

As metodologias de ensino presentes no curso de Geografia das FIRB contempla a formação do cidadão crítico, criativo, capaz de estabelecer relações e fazer julgamentos; há de ser atuante, responsável e comprometido com o que faz; deve ser bem informado, capaz de se perceber no grupo e atuar no sentido de seu fortalecimento e de sua coesão, especialmente considerando a pedagogias das competências.

As aulas são ser organizadas de modo que o acadêmico possa participar da definição dos temas; fortalecer a sua autonomia, o comprometimento e a responsabilidade compartilhada; confrontar idéias, experiências e resultados de pesquisa, produzir conhecimentos significativos e funcionais, valorizar diferentes habilidades e potencialidades; apreender e interpretar conceitos, utilizando o conteúdo próprio de diferentes disciplinas; ter uma visão global da realidade.

Os professores apresentam compromisso político e ético e propõe metodologias de ensino voltadas à formação de competências e habilidades necessárias ao novo homem deste milênio, proporcionando problematizações, detectando o que os alunos já sabem, e o que ainda não sabem sobre os temas

em questão. Faz-se necessário também propiciar momentos de elaboração de estratégias para responder às problematizações, almejando que os alunos superem suas convicções iniciais, substituindo-as por outras, de maior complexidade e de maior fundamentação teórica e prática, construindo novas aprendizagens, cujo foco seja a resolução de situações-problema.

O processo avaliativo acontece entremeado durante todo o processo educacional em prol de, melhorar o processo, e não mensurar meros resultados. Depende de uma postura que reflita uma concepção do conhecimento como produção coletiva, onde a experiência vivida e a produção cultural sistematizada se entrelaçem, dando significado a aprendizagens construídas.

A concepção assumida pelo curso de Geografia das FIRB defende uma metodologia centrada na solução de problemas. Para ele, ensinar a resolver problemas não consiste somente em dotar os alunos de habilidades e estratégias eficazes, mas também em criar neles o hábito e a atitude de enfrentar a aprendizagem como um problema para o qual deve ser encontrada uma resposta.

A aprendizagem através da solução de problemas somente se transformará em autônoma e espontânea se transportada para o âmbito do cotidiano, se for gerada no aluno a atitude de procurar respostas para suas próprias perguntas/problemas, se ele se habituar a questionar-se ao invés de receber somente respostas já elaboradas por outros, seja pelo livro-texto, pelo professor ou pela mídia¹⁴.

No momento em que a escola decide trabalhar no intuito de desenvolver competências, são necessárias novas metodologias, e um redimensionamento na compreensão de avaliação. A avaliação é inerente ao ser humano. Sempre que temos que decidir, fazemos escolhas. Quando estamos avaliando estamos estabelecendo critérios de escolha, juízos de valor.

¹⁴ MÍDIA: designa, de forma genérica, todos os meios de comunicação, ou seja, os veículos que são utilizados para a divulgação de conteúdos de publicidade e de propaganda.

Sempre tomamos posição partindo de um ponto de vista. O objetivo do ensino de qualquer disciplina deve ultrapassar a mera memorização de informações, porque o êxito não está na reprodução, mas na capacidade de construir soluções próprias a novos problemas.

Ensinar é propiciar condições para que o indivíduo desenvolva suas potencialidades, a avaliação também buscará aspectos que devem ser aprofundados. *Para avaliar corretamente, exige-se clareza na definição do perfil de aluno que queremos formar. É necessário identificar as competências, para atuação e intervenção intencionais no processo educativo.*

Ao compor as competências específicas de cada disciplina é preciso que professores identifiquem as ações e os componentes (conhecimentos, habilidades e atitudes) assim como os indicadores que permitirão avaliar tal competência.

A superação da fragmentação da prática da escola só se tornará possível se ela se tornar o lugar de um projeto educacional, entendido como um conjunto articulado de propostas e planos de ação fundados numa intencionalidade. E, fundamentalmente: Vencer uma série de preconceitos e resistências. Por um lado vencer as representações deterministas de que alguns alunos são mais capazes que outros e aceitar que nem tudo está definido na vida. É preciso acreditar que os acadêmicos possam dominar os conteúdos mínimos necessários para dar prosseguimento nos estudos posteriores, inserir-se no mercado de trabalho e participar de práticas sociais, porém há que se possibilitar muito além do mínimo, desde que lhe sejam dadas condições adequadas de aprendizagem.

A avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender, formando competências e habilidades. Este enfoque tem um princípio fundamental: deve-se avaliar o que se ensina,

encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto é possível avaliar para conhecer melhor o aluno, ensinar melhor e favorecer a formação holística, considerando princípios diagnósticos e formativos.

A modalidade diagnóstica de avaliação foi assumida pelos professores do curso de Geografia, por averiguar se os alunos possuem os conhecimentos e aptidões para poderem iniciar novas aprendizagens. Acredita-se que permita identificar problemas, no início de novas aprendizagens, servindo de base para decisões posteriores, através de uma adequação do ensino às características dos alunos. Também verifica se o aluno possui as aprendizagens anteriores necessárias para que novas aprendizagens tenham lugar (avaliação dos pré-requisitos) se os alunos já têm conhecimentos da matéria que o professor vai ensinar, isto é, que aprendizagens das que se pretendem iniciar (e que se assumem não-conhecidas) são já dominadas pelos acadêmicos (avaliação dos níveis de entrada). A avaliação diagnóstica não ocorre em momentos temporais determinados, podendo realizar-se no início do ano (muitas vezes sob a forma de um período de avaliação inicial), no início de uma unidade de ensino e sempre que se pretende introduzir uma nova aprendizagem.

Considerando tais pressupostos teóricos os acadêmicos podem avaliados pelo cumprimento das seguintes atividades propostas¹⁵:

Observação: As orientações abaixo apresentadas compõem-se de sugestões a serem adequadas a realidade de sala de aula e a prática do professor.

Provas escritas. Reflexão acerca da qualidade e fundamentação teórica-prática adquiridas pelo acadêmico, demonstrando a formação de

¹⁵ É essencial os professores alternem o uso de instrumentos avaliativos, considerando a extensa gama de possibilidades, sem deixar de lado a avaliação através de provas escritas. O processo avaliativo tem que primar pelo sucesso dos acadêmicos e pela qualidade de ensino, para tanto é necessário que cada professor utilize a autonomia conferida a ele, sem deixar de lado as propostas apresentadas no PPP, no PDI, no PI e as exigências do ENADE.

competências e habilidades. Atividade individual, com ou sem consulta em grupo com ou sem consulta em prol de demonstrar capacidade de reflexão crítica e espírito análise e de síntese, apresentado pelos acadêmicos.

Participação em trabalhos. Situações-problema organizadas a partir da auto-avaliação pelo aluno e/ou avaliação do professor quanto ao desempenho durante as aulas.

Atividades em sala de aula. Elaboração, apresentação e discussão de atividades, em par, em grupos pequenos e/ou no coletivo (socialização de saberes), sobre um tema circunscrito decorrente do conteúdo, considerando a formação de competências e habilidades. Análise da comunicação oral, do trabalho em equipe, da elaboração de textos, da resolução de situações-problema, etc.

1.4.5. Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo.

O Curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina apresenta preocupações e compromisso com a harmonia entre as unidades de estudo e os objetivos do Curso, realizando a assunção da pedagogia das competências e habilidades requeridas aos formandos, considerando a futura área de atuação profissional e a formação humanística dos acadêmicos

Partindo de uma análise detalhada da organização curricular é possível constatar inter-relações entre as unidades de estudo e os objetivos propostos, bem como a concepção curricular a partir de competências, como é assumido neste documento, a medida que se tornou necessário percebê-las em núcleos.

Há uma preocupação com o caráter gradual de construção de saberes ao decorrer do curso, tais disciplinas foram dispostas de forma a cumprir as

perspectivas de um processo de ensino-aprendizagem coerente a formação global dos acadêmicos.

Estabelecendo uma disposição geral que comporta, por um lado, as disciplinas teóricas mais concentradas, para gerarem o desenvolvimento do discernimento crítico em relação à construção do saber geográfico. Esses conteúdos específicos, por sua vez, concentram-se principalmente a partir de meados do curso, concentrados mais a partir do 4º Período. É nesse período ainda que se iniciam as unidades de ensino que preconizam a prática pedagógica, com o Estágio Supervisionado que, de forma gradual, ganha maior espaço de horas até seu terceiro estágio, no último Período do curso.

As disciplinas pedagógicas, por outro lado, estão dispostas permeando os seis semestres de curso, por contribuírem para a compreensão do processo ensino-aprendizagem, oportunizando valiosos instrumentos de atuação pedagógica, fomentando a importante relação entre o aprendizado dos conteúdos teóricos e específicos com as inúmeras aproximações acerca das condições e políticas de disseminação desses conhecimentos tendo como eixo norteador a formação de competências e habilidades do Professor de Geografia.

1.4.6. Dimensionamento da carga horária das unidades de estudo.

Neste item estão descritos os critérios utilizados para a elaboração da matriz curricular. A estruturação curricular do curso de geografia passou por inúmeras reflexões até chegar a atual organização. A filosofia central de estruturação pautou-se na tentativa de formar em especial o docente e depois especializá-lo, até por conta de que o conhecimento novo ancora-se dentro do instrumental pedagógico. O curso de Geografia tem o compromisso de ofertar uma formação plugada às aspirações regionais e locais, sem deixar de lado a formação global do cidadão do mundo.

As disciplinas do Curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina apresentam uma inter-relação entre si, visando um

caráter global. Sendo estruturadas pelos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade, da contextualização, da identidade, da diversidade e autonomia, redefinindo, de modo radical, a forma como têm sido realizadas a seleção e organização de conteúdos e a definição de metodologias no Ensino Superior rumo ao pleno desenvolvimento de competências e habilidades que o processo de formação geográfico-pedagógico necessita.

Para elucidar melhor os raciocínios até então apresentados é pertinente destacar que as disciplinas de modo geral são de: fundamentação, específicas, pedagógicas, formação geral e as de pesquisa. Para um melhor entendimento os grupos de unidades de estudo foram divididos em grandes núcleos de disciplinas.

Para corresponder às exigências contemporâneas de formação e as necessidades do campo de atuação do professor de geografia e cidadão da atualidade, é que a estrutura curricular foi criteriosamente selecionada e organizada, pensando primeiramente o docente e depois o especialista, para tanto o curso promove ações formativas de ampliação dos conhecimentos geográficos específicos da área, bem como os saberes concernentes ao pedagógico.

A estruturação curricular segue quatro núcleos básicos centrais: Fundamentação Geográfica, Conteúdos Específicos, Prática de ensino e Pesquisa, Conhecimentos Básicos¹⁶. Cada modalidade é composta por disciplinas cuja contribuição está comprometida com a formação do novo homem exigido pelo contexto atual, considerando as inúmeras transformações, sociais, econômicas, políticas, pedagógicas e multiculturais.

O núcleo da Prática de Ensino e Pesquisa contempla Didática, Psicologia da educação, Sociologia da educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Metodologia do Ensino de Geografia, Metodologia Científica, trabalho de campo, Educação Ambiental, estágio Curricular Supervisionado. Tais disciplinas mencionadas representam a preocupação e o

¹⁶ Tal divisão em grandes núcleos já fora mencionada outrora.

compromisso com a docência. O intuito é de ofertar subsídios teóricos e práticos capazes de sustentar uma prática pedagógica norteada pela formação de competências e habilidades profissionais. Ressaltando que o curso está voltado para a formação em licenciatura, tais disciplinas correspondem à construção de um suporte imprescindível na formação profissional, geral e pessoal desses acadêmicos. Desta forma, foram estabelecidas as seguintes cargas horárias:

Didática: 80 h/a

Sociologia da Educação I: 80 h/a

Psicologia da Educação I: 80 h/a

Estrutura e funcionamento do E.F. e E.M.: 80 h/a

Metodologia do Ensino de Geografia: 80 h/a

Estágio Curricular Supervisionado I: 100 h/a

Estágio Curricular Supervisionado II: 140 h/a

Estágio Curricular Supervisionado III: 160 h/a

Educação Ambiental: 80 h/a

Trabalho de campo em Geografia: 80 h/a

Metodologia Científica: 80 h/a

LIBRAS: 40 h/a

No núcleo dos conhecimentos básicos centra-se Antropologia Cultural, Sociologia, Filosofia, Tecnologias educacionais. Almeja-se com estas disciplinas contribuir para a formação global dos acadêmicos bem como a preparação para a cidadania planetária dando suporte a compreensão de especificidades de conhecimentos tendo como cerne o humanismo. Assim, foram estabelecidas as seguintes cargas horárias:

Antropologia Cultural I 80 h/a

Antropologia Cultural II 80 h/a

Sociologia 80 h/a

Filosofia 80 h/a

Tecnologias educacionais 80 h/a

Nos conteúdos específicos contempla-se Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia da população, Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia Regional. Neste núcleo espera-se atender aos saberes da Geografia geral e do Brasil, contribuindo para a formação holística do acadêmico, especializando-o.

Geografia Econômica I 80 h/a

Geografia Econômica II 80 h/a

Geografia do Brasil I 80 h/a

Geografia do Brasil II 80 h/a

Geografia Agrária I 80 h/a

Geografia Agrária II 80 h/a

Geografia Urbana 80 h/a

Geografia Regional I 80 h/a

Geografia Regional II 80 h/a

Geografia Humana I 80 h/a

Geografia Humana II 80 h/a

Em relação à fundamentação geográfica fazem parte de seu arcabouço: Geografia Física, Introdução à ciência Geográfica, Climatologia, Geomorfologia, Biogeografia, Hidrogeografia, Organização do Espaço Mundial I-América e Europa Organização do Espaço Mundial II-América e Europa. Neste núcleo são ofertados subsídios essenciais a utilização adequada da fundamentação teórica do campo geográfico, distanciando idealizações impróprias de conceitos quanto equívocos teóricos. Foram estabelecidas as seguintes disciplinas e cargas horárias:

Introdução à ciência Geográfica 80 h/a

Geografia Física I-cartografia e geomorfologia 80 h/a

Geografia Física II-climatologia e hidrografia 80 h/a

Organização do Espaço Mundial I-América e Europa 80 h/a

Organização do Espaço Mundial II-América e Europa 80 h/a

1.4.7. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina preconizam que as ementas e disciplinas sejam atualizadas e adequadas conforme a necessidade indicada pela realidade, especialmente as novas exigências que despontam ao Ensino Superior. Frequentemente os educadores tem por hábito atualizar e adequar as ementas e programas das disciplinas com o intuito de atender a missão institucional: “*Excelência na formação do homem pleno almejando a sociedade igualitária*”. A concepção do curso de geografia visando o pleno desenvolvimento de competências e habilidades dos acadêmicos vão muito além da mera transmissão de conhecimentos, transpondo assim a visão arcaica do ensino Universitário tradicional.

Logo, a ementa é bem mais que o elencar de conteúdos a serem ministrados em sala de aula, pois enfoca a contribuição da disciplina na formação do acadêmico, por conseguinte o processo ensino-aprendizagem segue princípios de uma pedagogia ativa voltada para a formação intelectual e humanística dos alunos. O mero rol de conteúdos não garantirá a funcionalidade social dos mesmos, mas sim a proposição de situações didáticas problematizadoras, o compromisso político e ético por parte de professores, alunos e instituição.

No cerne dos debates acadêmicos atuais há uma grande preocupação com a seleção e organização de conhecimentos que sejam significativos, relevantes e contextualizados a realidade dos alunos. As pesquisas assim como as práticas em sala de aula apontam para um novo limiar da educação, sensibilizando em direção de processos formativos que contemplem a

quantidade e qualidade esperadas pelo perfil profissional e pessoal dos sujeitos aprendentes numa realidade mutante.

Diante disto a concepção da ementa segue o princípio da qualidade por excelência, valorizando toda trajetória formativa, articulada aos objetivos propostos pelo educador, cuja primazia depende do estabelecimento de interrelações entre os conteúdos e aplicabilidade dos mesmos.

Antecedendo a elaboração e execução dos planos de ensino realizamos discussões coletivas acerca das disciplinas a serem ministradas, considerando o aspecto de interdisciplinaridade e o trabalho em equipe. As ementas foram elaboradas na perspectiva de criar um espaço dialético e flexível a alterações que se façam necessárias a formação de sujeitos ativos construtores de sua própria aprendizagem, responsáveis também pela sua formação, desde que hajam oferecidas condições.

Cada etapa de formação requer que os acadêmicos tenham clareza da importância de sua formação e dos objetivos trilhados ao longo do curso tanto por parte da instituição quanto por projetos pessoais. Os planos de ensino têm a ousadia de contribuir contra os pré-conceitos, a alienação e o senso comum, em contrapartida ofertam instrumentos de luta contra os ranços do autoritarismo da Pedagogia Tradicional onde se realizava a educação bancária¹⁷.

Sob a vertente anteriormente citada o corpo discente pode e deve opinar sobre os caminhos a serem trilhados ao longo do curso, com responsabilidade e postura ética.

Nesta trajetória é essencial que os educadores expliquem com clareza as contribuições das disciplinas, por intermédio da reflexão coletiva dos planos de ensino em sala de aula. É incumbência do professor apresentar as possibilidades e expectativas de desenvolvimento da ementa, criando espaços de discussão e fortalecimento da gestão de aulas democráticas, propondo assim

¹⁷ *Educação Bancária*: Termo utilizado por Paulo Freire para fazer referência a Pedagogia Tradicional. Nesta concepção o professor era considerado um transmissor do conhecimento e o aluno um indivíduo desprovido de saberes e a metodologia de ensino era baseada no mero acúmulo de informações.

novas configurações a relação professor aluno frente a transparência, credibilidade e compromisso com a qualidade educacional.

Diante do conteúdo exposto neste item as ementas contidas nos planos de ensino dos docentes que ministram aulas no curso de geografia devem arrolar os conteúdos a serem ministrados aos seus objetivos, sem deixar de lado o trabalho com as competências e habilidades a que cada um dos conteúdos tende. Esta postura de inovação é imprescindível numa sociedade em que o conhecimento está cada vez mais acessível e passível a questionamentos.

1.4.8. Adequação e atualização da bibliografia.

O curso de Geografia conta com uma lista atual de obras de referência, e conta com obras consagradas que valem a pena a leitura. Há grande preocupação por parte da direção, coordenação do curso, professores em procurar a atualização da bibliografia, estabelecendo assim a renovação levando em conta inovações e enriquecimento curricular considerando que as pesquisas acerca do ensino da Geografia vem paulatinamente se desenvolvendo e muitas informações tornam-se obsoletas rapidamente, mas respeitando grandes obras enquanto suporte fundamental.

No trabalho de atualização, critério fundamental foi o valor científico das obras, mas temos a consciência de que os autores brasileiros escolhidos equivalem a obras de qualidade. A grande dificuldade foi de outra ordem: como escolher entre tantas obras de excelente qualidade aquelas que comporiam a Bibliografia Mínima Nacional. O eixo norteador foi a necessidade contínua de atualização da bibliografia, de aquisição de material bibliográfico, bem como do atendimento à crescente demanda de produção de pesquisas na área.

O curso visa oferecer a possibilidade de discutir temáticas importantes da Geografia, de modo a possibilitar uma gama razoável de informações e reflexões críticas, com o objetivo de tratar didaticamente conteúdos, propiciando também aos acadêmicos condições para prosseguir nos estudos posteriores e a

atuação competente no campo de atuação profissional, propiciando condições de acadêmico ampliar o número de informações através de pesquisas.

1.4.9. Coerência do corpo docente e do corpo administrativo com a proposta curricular.

O curso de Geografia tem um grande compromisso com a viabilização das propostas de trabalho apresentada não medindo esforços nem percalços no caminho. Algo que requer a preocupação com os mecanismos de viabilização respeitando as matrizes curriculares. A missão institucional é assumida por todos, está contemplada nos objetivos do curso, nos planos de ensino dos professores e na vivência diária em sala de aula. Assim há coerência entre todos os sujeitos relacionados ao processo formativo e, nessa totalidade, estão professores, alunos e o setor técnico-administrativo da instituição.

Os professores do Curso de Geografia demonstram compromisso político e a competência técnica¹⁸ preocupando-se com metodologias diferenciadas, valorizando os aportes teóricos científicos e a administração da própria formação. São profissionais pós-graduados(em sua maioria) nas diversas áreas de atuação nas quais suas propostas curriculares estão ancoradas. As concepções teórico-metodológicas dos professores procedem de experiências e pesquisas, pautadas na criticidade e na reflexão, logo urge um repensar de conhecimentos geográficos e científicos. O arcabouço teórico-prático é condição *sine qua non* para o trabalho de professores de futuros professores.

Os docentes têm uma postura de pesquisa permanente que permite o posicionamento crítico perante os aportes teórico-práticos, evocando a criticidade frente às teorias, bibliografias e metodologias das unidades de estudo

¹⁸ Os termos: compromisso político e a competência técnica pertencem a tentativa de uma releitura do debate ocorrido na década de 1980 a respeito da relação entre o comprometimento e a preparação do educador. O debate acentuou-se por ocasião da publicação do livro da professora Guiomar Namó de Mello: *Magistério de 1º grau – da competência técnica ao compromisso político*, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982). Tal trabalho se consolidou a partir da tentativa de imprimir um caráter político à prática.

em prol de construir as competências e habilidades requeridas pelo campo profissional. Tal perspectiva indica que o corpo docente do Curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina está coerente com as novas exigências requeridas ao ofício docente, tanto pelas tentativas de inovação do espaço da sala de aula quanto pela formação dos profissionais, apresentando assim uma coesão com a proposta curricular contemplada pelo Curso.

O setor técnico-administrativo estimula os processos formativos de docentes e discentes, incentivam a clareza e a coerência entre propostas curriculares e prática efetivamente aplicada em sala de aula, algo que evidencia a coerência com as propostas estabelecidas. Além de manter uma postura de cooperação, atua decisivamente na consecução das atividades programadas. Há plena participação dos setores técnico-administrativos nas atividades complementares e eventos de capacitação em serviço¹⁹. Durante as vivências na instituição é possível afirmar que existe um entrosamento entre todos os setores e cada um contribui naquilo que lhe compete.

O Curso de Geografia reconhece que o trabalho em equipe e as decisões coletivas são molas propulsoras do desenvolvimento do curso, imbricando então no sucesso de todos os sujeitos envolvidos em seu processo formativo. Uma gestão democrática depende da articulação entre aspectos administrativos, pedagógicos e organizacionais, valorizando as contribuições de diretores, coordenadores, assessores, secretários, serventes, estagiários etc. todos trabalhando em comunhão, cada um na sua especificidade para cumprir a missão institucional: *“Excelência na formação do homem pleno almejando a sociedade igualitária”*.

¹⁹ O Fórum Institucional de Estudo e Discussão sobre o tema: Pedagogia das competências, foi um evento promovido de maio a setembro de 2007 pelo Núcleo de Seleção e Capacitação das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina.

1.4.10. Coerência dos recursos materiais específicos do curso (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) com a proposta curricular.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa propõe a viabilização de recursos pensando no bom desenvolvimento do trabalho pedagógico. Para tanto sua estrutura física e material são de qualidade e recebem investimentos freqüentes. Os recursos disponibilizados pela instituição contribuem para a formação sólida dos acadêmicos, elevando a qualidade do ensino, diversificando as aulas. A fim de dar condições para a implementação de práticas acadêmicas que contribuam para a qualificação do seu egresso e para o benefício social; são organizados os recursos materiais considerando a proposta curricular do curso de Geografia, ampliando e diversificando situações didáticas nas diversas disciplinas.

Recursos passíveis a utilização: TV's (04 de 20" e 04 de 29") , vídeos (03), DVD's (01), hacks com computador, TV e DVD (03), Kit's Multimídias (02), retro-projetores (13), aparelhos de som (05), caixas de som amplificadoras (01) e dois laboratórios de informática contendo, juntos, 38 computadores. Os recursos mencionados são disponibilizados pela instituição, são usados por docentes e discentes desde que agendados, logo a utilização dos recursos tem que ser antecipadamente planejada e organizada.

As FIRB contem com uma biblioteca cujo espaço é disseminador de informações. Sua atualização e adequação ocorrem de forma permanente, sendo fundamental a promoção da avaliação continuada da bibliografia básica de todos os cursos. Vale mencionar que há uma diversidade bibliográfica acessível a alunos e professores, existe também uma pequena videoteca que fornece, ao desenvolvimento das disciplinas, uma variedade de obras nacionais e internacionais clássicas, documentários e vídeo-biografias para enriquecimentos das aulas.

A instituição tem ampliado suas instalações físicas devido ao crescimento da demanda de alunos. Vem ocorrendo uma ampliação há dois anos, com o objetivo de melhor atender aos clientes foram construídas novas salas, a biblioteca foi ampliada, foram feitas adaptações das antigas instalações, aquisição de equipamentos tecnológicos etc.

O conceito de aula vem demasiadamente se ampliando, a sala de aula é o espaço privilegiado do saber, mas não é a única via. Quanto mais diferenciadas as situações de aprendizagem maiores serão as chances de construir valores, conhecimentos e atitudes. O processo de ensino-aprendizagem ultrapassa o âmbito meramente físico, mas as condições físicas são fundamentais a um bom ensino, nada substitui um bom professor, só que um bom profissional com recursos desenvolve um trabalho ainda melhor.

1.4.11. NSA

1.4.12. Desenvolvimento de estratégias de flexibilização curricular.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa contemplam estratégias de flexibilização curricular de modo a desenvolver competências e habilidades preconizadas pelas concepções do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que se transformou em um importante instrumento diretivo. As estratégias do curso visam a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive, capaz de analisar, sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações, fazer comparações, detectar contradições, decidir, organizar, trabalhar em equipe e administrar conflitos.

O curso de Geografia não possui como os demais cursos das FIRB o Ciclo de estudos Gerais, onde são ministradas disciplinas de nivelamento²⁰ dos

²⁰ O Ciclo de Estudos Gerais, mais conhecido como CEG é um trabalho de nivelamento desenvolvido pela instituição no primeiro semestre dos cursos.

alunos ingressantes (conhecimentos gerais) pelo fato do curso ter o período de integralização de seis semestres, contudo tal trabalho ocorre ao longo de todo o curso através de atividades em sala, seminários especiais, mini-cursos, oficinas, dentre outras. No curso ainda não há oferta de disciplinas optativas e cursos de extensão de maior tempo de integralização constitui-se ainda como perspectiva futura, mas é esperado que nos próximos anos isso ocorra.

1. 5. Projeto Pedagógico do curso-PPC: avaliação.

A abordagem por competências tem ocupado um lugar de destaque nas discussões sobre as reformas educacionais e, neste sentido, a avaliação de aprendizagem também é repensada a luz desse conceito. Urge uma nova proposta de avaliação no curso de Geografia com a finalidade de verificar o desenvolvimento de competências no processo de ensino e aprendizagem. Para tal é fundamental compreender os conceitos envolvidos nessa abordagem.

Um novo modelo de avaliação está surgindo com a finalidade de desenvolver e/ou fortalecer as competências dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem para o exercício da cidadania e do trabalho, nesse mundo em constante transformação: a avaliação baseada em competências. Esse modelo de avaliação deve buscar a mobilização das competências e dos saberes do aluno na construção do seu conhecimento, considerando a interdisciplinaridade.

Uma das definições mais usadas para o termo competência é de que seja a faculdade do sujeito mobilizar seus recursos cognitivos para resolver uma série de situações em um contexto específico. Tendo como referência as pesquisas e revisão da literatura, é possível constatar que a competência está em larga escala vinculada a outros conceitos, como saberes, capacidades e habilidades, atitudes, valores. Como contribuição, é apresentada a partir deste pano de fundo bibliográfico uma visão sistêmica sobre o conceito de

competência, na qual os autores têm se baseado para a construção de uma ferramenta de avaliação da aprendizagem além da visão tradicional.

Recentemente é possível apontar para três grandes tendências explícitas no mercado de trabalho e que se refletem na educação. A primeira se refere ao uso cada vez maior das tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo a Internet. A facilidade na busca de informação e a interatividade que esse meio oferece tem ampliado o seu uso nas instituições de ensino.

A segunda tendência é a modificação do comportamento dos indivíduos, sua relação com o mundo e com sua vida social. Palavras como colaboração, cooperação, autonomia, têm sido constantemente utilizadas nos discursos educacionais e profissionais apontando para uma mudança de atitude. A necessidade de manter-se sempre atualizado fez da busca de informação e do aprendizado constante uma realidade.

A terceira e última tendência observada é o requerimento, pelo mercado de trabalho em um mundo globalizado, de profissionais com novas competências e habilidades. Flexibilidade, disposição para mudanças, tomada de decisão, são hoje apontadas como competências essenciais ao exercício pleno da cidadania.

É possível deparar-se com reflexos dessas tendências também nas novas políticas educacionais, que, a partir da Lei 9394/96 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que incide tanto na educação básica quanto na educação profissional, introduz no Brasil o conceito de formação baseada em competências.

Diferentes autores, entre eles Deluiz (2001), afirmam que a introdução desta noção vem com o objetivo de subordinar a produção educacional às necessidades do mercado de trabalho. Deluiz afirma que *o modelo das competências “invade o mundo da educação no quadro de questionamentos*

feito aos sistemas educacionais diante das exigências de competitividade e produtividade” (DELUIZ, 2001, p. 16)

Para elaborar um modelo educacional de ensino-aprendizagem ou de avaliação, baseado em competências é necessário primeiro definir o conceito de competência, visto que esse termo pode ser colocado em diferentes ambientes sugerindo conotações diversas ou diferenciadas, como já fora citado outrora neste documento.

A abordagem por competências possui, portanto, duas dimensões bem definidas: a relativa ao trabalho e a relativa à prática pedagógica. No caso da primeira dimensão, Boyatzis define competência como “as características de fundo de um indivíduo que guardam uma relação causal com o desempenho efetivo ou superior no posto” (Boyatzis *apud* Deluiz, 2001, p 69). Competência então reflete a capacidade de se fazer algo e não o que realmente faz. Na dimensão pedagógica, Perrenoud define competências como “a capacidade de articular um conjunto de esquemas, situando-se, portanto, além dos conhecimentos, permitindo mobilizar os conhecimentos na situação, no momento certo e com discernimento”. (Perrenoud *apud* Burnier, 2001 p.13).

Competência também é definida por outros autores, como em Fleury (*et al* 2001): “um saber agir responsável e reconhecido que implica em mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos, habilidades”. Para Hernandez (*apud* Ramos, 2002), a competência “é concebida como o conjunto de saberes e capacidades incorporadas por meio da formação e da experiência, somados à capacidade de integrá-los, utilizá-los e transferi-los em diferentes situações”. Para Zariffian (2001), é “o tomar iniciativa e o assumir responsabilidade diante de situações com as quais depara”. Despresbiteris (2001) define competência como “um conjunto identificável de conhecimentos (saberes), práticas (saber-fazer) e atitudes (saber-ser) que mobilizados podem levar a um desempenho satisfatório”. Nas palavras de Lins (2002 *apud* Campos *et al* 2003), “competências são capacidades intelectuais, afetivas, sociais e

morais que possibilitam o agir de um sujeito, dando-lhe as condições necessárias para a sua realização e servindo como subsídios para esse agir, o qual deverá se manifestar por meio das habilidades”.

Como se pode ver pelo resumo bibliográfico apresentado acima, há uma polissemia que cerca o termo competência e os diversos aspectos envolvidos e, assim, foi importante refletir sobre as diferentes análises existentes acerca de competências, para que pudéssemos desenvolver uma ferramenta de avaliação para cursos de Geografia baseada no conceito de competência, que adotássemos não só uma definição prevalente, mas também que construíssemos uma matriz de referência que permeasse todo o nosso trabalho.

Optamos então por considerar competência como a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (atitudes, habilidades, conhecimentos) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações (Roque *et al*, 2003). A habilidade é considerada, portanto como parte constituinte da competência. A capacidade, embora considerada por alguns autores como a própria competência, sem distinção (Malglaive, 1995 *apud* Ramos, 2002), não estará sendo verificada nesse trabalho, por entendemos capacidade como uma potencialidade, e, portanto não mensurável.

Este documento configura-se como uma ferramenta cujo principal objetivo é auxiliar os professores a avaliarem as competências desenvolvidas pelos alunos durante o curso de Geografia. O professor poderá, nessa ferramenta, realizar o mapeamento das competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso, que devem refletir, não só o objetivo geral do curso, como mostrado, mas também serem coerentes com a abordagem pedagógica subjacente.

Para elaborar uma avaliação por competências é necessário que haja, antes de mais nada, um comprometimento do professor no sentido de elaborar

uma avaliação contextualizada e voltada para a formação do indivíduo, levando em consideração não só os conhecimentos como seus valores e atitudes. O fato do Curso de Geografia ter como premissa o respeito às características individuais do aprendiz, justifica nessa modalidade a utilização da avaliação por competências. É pertinente ressaltar também a capacidade de lidar com as condições do acadêmico – trabalhador que em sua maioria compõe o curso de Geografia.

A reforma da Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) da Educação Nacional durante a década de 90 contemplou a formação profissional com um capítulo, definindo-a como complementar ao ensino médio. A Lei 9.394/96, regulamentada pelos Decretos 2.208/97, o Parecer 16/99 e a Resolução 04/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), estabelecem que a organização curricular da educação profissional deve orientar-se para a formação baseada em competência, definida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (2000, p.96) como: “capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

Na interpretação de Perrenoud (1999, p.7) competência significa “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles.” Imprime-se uma nova relação do ser e do objeto do conhecimento. Experiências acumuladas ao longo da vida e saberes já adquiridos são essenciais na construção de novas competências.

Diante da mudança de paradigma que antes priorizava a transmissão de conteúdos para o desenvolvimento de competências, os professores defrontaram-se com uma série de questionamentos, dúvidas sobre como proceder, como saber se sua prática está de acordo com o que o mercado exige desses profissionais em formação, como saber se sua avaliação é justa, visto que aspectos psicológicos, ambientais, motivacionais, temporais e

interesses diferenciam seus alunos, modificando e dessa forma impactando no grau de desenvolvimento de cada um deles. Estas e outras inquietações são objetos de reflexão do curso de Geografia.

1.5.1. Coerência dos procedimentos de avaliação do processo ensino aprendizagem com a concepção do curso.

As diversas modalidades de avaliação, interna e externa fazem parte do cotidiano da instituição, impulsionando assim a adoção de processos permanentes para acompanhamento e aferição dos resultados alcançados, bem como implementação de dispositivos de correção para as deficiências apontadas.

É a forma mais indicada de acompanhamento contínuo das ações acadêmicas e administrativas que configuram o trabalho institucional, verificando se os objetivos estão sendo alcançados e se os critérios estão compatíveis.

O processo de avaliação garante a verificação do cumprimento das ações e da adequação da estrutura organizacional de recursos humanos, físicos, tecnológicos aos acadêmicos.

Muito se tem falado sobre competências, na escola, nos ambientes de trabalho, na mídia²¹. O conceito de competência também tem sido questionado por alguns autores que o relacionam com o modelo de qualificação que privilegia a especialização.

O silêncio e a fragmentação das tarefas saem de cena para dar espaço à comunicação e à interatividade, onde o *savoir-faire* e o ambiente subjetivo do indivíduo entram em cena. Aspectos antes desconsiderados, tais como os componentes cognitivos e os componentes sócio-afetivos passam a ser valorizados na formação e no exercício do trabalhador. Novos

²¹ MIDIA: Termo utilizado para designar a influência dos meios de comunicação de massa, tais como televisão, revistas, jornais etc, fortes mecanismos ideológicos formadores de opinião.

conhecimentos e habilidades são exigidos, visto que a otimização das atividades utiliza novas formas de organização do processo produtivo e novas tecnologias.

No entanto, a mudança do paradigma educacional baseado em um modelo pedagógico de dependência onde o currículo é visto como um fim, que tem por meta o acúmulo de saberes, que utiliza metodologias transmissivas e tem foco centrado no ensino, tem sido preocupação de nossa instituição. Assim, o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) tem sido o caminho apontado por muitos, para a mudança deste paradigma.

Vale ressaltar que aqui há um retorno a conceituação de competência: “Qualidades de quem é capaz de apreciar e resolver certos assuntos”. (Dicionário Aurélio). Na escola, faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Estão ligadas a contextos culturais, profissionais e condições sociais. (Philippe Perrenoud)

Modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos. Situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do “saber fazer”. Através das ações e operações as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova organização das competências.

Conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne a um ofício, supondo conhecimentos teóricos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões sugeridas. (TANGUY, 1997)

A pedagogia da competência assume duas dimensões: uma psicológica, em que a noção de competência é apropriada sob a ótica das teorias psicológicas da aprendizagem; outra sócio-econômica, pela qual essa

noção adquire um significado no âmbito das relações sociais de produção. (RAMOS, 2001).

De modo geral este documento considera que *o sujeito competente é Aquele que julga, avalia e pondera; acha a solução e decide, depois de examinar e discutir determinada situação, de forma conveniente e adequada. A competência exige o saber, o saber fazer e o ser/conviver. (conhecimentos, habilidades e atitudes).*

Trabalhar enfocando as competências significa mudança no foco do ensino. Ao invés da memorização de conteúdos, o aluno irá exercitar suas habilidades, que o levarão à aquisição de novas competências.

Enquanto aprendentes, interiorizamos aquilo que de alguma forma está ligado ao conteúdo por um desafio, necessidade ou motivação. A competência é uma construção mental e não a mera resolução de tarefas. Quem sabe fazer deve saber por que está fazendo desta maneira e não de outra.

Buscando um novo paradigma educacional, centrado na aprendizagem e não no ensino, temos o professor como mediador entre o conhecimento acumulado e o interesse do aluno. E o currículo, entendido como o conjunto integrado e articulado de situações organizadas de modo a promover aprendizagens significativas.

Para desenvolver competências é preciso, antes de tudo, trabalhar por resolução de problemas propondo tarefas gradualmente complexas e desafios que incitem os acadêmicos a mobilizar seus conhecimentos, habilidades e valores.

1. 5.2 Articulações da auto-avaliação do curso com a auto-avaliação institucional (proposta de um sistema de auto-avaliação do curso)

A avaliação, no contexto do presente curso, é entendida como um processo permanente, integral e sistemático da aprendizagem do educador, na perspectiva de orientação, controle e motivação. Compreende momentos de auto-avaliação, de avaliação à distância e de avaliação presencial. Será realizada em cada disciplina. A auto-avaliação será permanente, visando permitir que o próprio discente verifique se está alcançando os objetivos e indicando os aspectos em que está necessitando de mais estudo e/ou maior orientação do professor ou de maior investimento nos grupos de discussão.

O processo avaliativo servirá também para verificar a adequação do curso ao grupo, em termos de planejamento de conteúdos e prazos, e dos materiais e meios utilizados, bem como a contribuição do corpo docente para a aprendizagem, e mesmo as formas de avaliação estabelecidas.

O curso de geografia das FIRB valoriza metodologias, avaliações direcionadas a abertura a flexibilidade e ao dinamismo. O intento é de configurar um espaço democrático e dialético, voltado a uma formação sólida e ao desenvolvimento das competências e habilidades requisitadas pela futura área de atuação dos acadêmicos. O processo avaliativo não pode limitar-se apenas a mapear avanços e fracassos no processo de ensino-aprendizagem, mesmo que de forma contínua e processual, por isso que a avaliação não pode apenas partir dos alunos, mas também professores e instituição devem estar sempre se avaliando, se aperfeiçoando, buscando novas concepções, novas configurações para o curso, investindo em metodologias diversificadas e as próprias relações interpessoais entre professor-aluno, instituição-aluno, entre outras.

Assim as FIRB, com suas propostas de avaliação e auto-avaliação entrosadas com os órgãos que instituem as diretrizes da Educação e do Ensino Superior nesse sentido, como a UNESCO, o SINAES, o INEP e o CONAES, instituíram o CPA-FIRB (Comissão Própria de Avaliação das FIRB) no ano de 2004, mas vem promovendo suas auto-avaliações institucionais desde quatro anos antes. Através delas, alunos, professores, coordenadores, diretores e

funcionários são avaliados e têm a oportunidade de se avaliarem e repensarem seus procedimentos acadêmicos e administrativos.

Nesta instituição, “a missão da Avaliação é sensibilizar para educar. O processo é realizado com a análise de focos distintos” ²². Nos seus questionários, são avaliadas as estruturas dos Cursos de Graduação, os Processos Administrativos e de Gestão e, além disso, a própria avaliação torna-se objeto de análise, é o que se denomina de meta-avaliação, e seus resultados ficam disponíveis para todos na Biblioteca das FIRB. Como a auto-avaliação, para as FIRB, é um instrumento de conhecimento acadêmico que tem como objetivo identificar acertos e problemas e, conseqüentemente, corrigir rumos por meio dos Planos de Ação Corretiva – o PAC ²³, o Curso de Geografia compreende que tanto essa auto-avaliação quanto suas estratégias de avaliação de Curso devem não apenas sinalizar para os problemas enfrentados, mas também servir de diretrizes para a execução de projetos que visem superá-los.

Sob esta vertente, os resultados da auto-avaliação institucional deverão ser complementados com os resultados obtidos em uma auto-avaliação do Curso e, ainda, guiar as práticas futuras de modo a superar os problemas percebidos nelas. A auto-avaliação do Curso está sendo implementada a partir de questionários de auto-avaliação que deverão ser aplicados a alunos e professores do Curso no findar dos anos letivos. Como o projeto pressupõe uma auto-avaliação entrosada com a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, esses questionários deverão estar anexados, para os alunos, nos simulados produzidos sob o modelo do ENADE e, para os professores, aplicados separadamente, mas como parte integrante de um mesmo processo, pois que visam estabelecer as metas prioritárias de aperfeiçoamento dos cursos e dos próprios professores, com a percepção das necessidades de capacitação, implementação de cursos de extensão de curta ou longa duração,

²² FIRB – *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Andradina, 2003, p. 18.

²³ *Idem*, p. 18.

direcionamento de enfoque em determinadas questões para a realização de eventos e possíveis mudanças nas estruturas do Curso.

A elaboração de questionários deverá contemplar itens acerca das metodologias de ensino e abordagem, da estruturação do Curso, dos procedimentos acadêmicos, das formas avaliativas, das perspectivas de implementação de atividades de pesquisa e extensão, das necessidades percebidas nas avaliações do processo ensino-aprendizagem, das relações interpessoais, do acesso aos recursos humanos e materiais e da própria auto-avaliação. Seus resultados, somados aos resultados da auto-avaliação institucional, deverão apontar para as alterações possíveis e às novas práticas necessárias, criando assim um ciclo avaliativo, contínuo e dialético, que deverá contribuir para o aperfeiçoamento do Curso, dos professores e da própria instituição, consolidando, assim, o caráter aberto, provisório e democrático a que nos pautamos para a formação desses futuros profissionais e para a consolidação do importante papel das FIRB dentro do contexto de desenvolvimento social, cultural e humano na região.

Almejando atingir uma articulação entre a auto-avaliação do curso e a auto-avaliação institucional, é que se assume uma visão espraiada e crítica, direcionada ao Curso de Geografia de modo contínuo e sistemático. A corporificação do espaço de abertura ao novo e a auto-avaliação acontece a medida que professores, coordenação e diretores, discutem problemas e inquietações trazidos pelos acadêmicos, desenvolvendo portanto autocríticas sobre as ações engendradas, avaliando continuamente a práxis pedagógica.

ANEXOS

1. Movimento dos alunos nos três últimos anos: GEOGRAFIA

Fluxo de entrada de alunos

<i>Fluxo</i>			2007	2008	2009
Número de inscritos			33	19	23
Transferências recebidas			—	—	—

Vagas anuais			50	50	50
Número de matriculados			22	0	0
Candidato/Vaga			0,7	0	0
% de utilização das vagas			54%	0	0

Fluxo de saída de alunos

<i>Fluxo</i>			2007	2008	2009
Número de matriculados			22	20	19
Transferência para outra Instituição			0	1	
Transferência para outro curso (na mesma IES)			0	0	
Abandono de curso			0	0	
Desligamento voluntário			0	0	
Trancamentos temporários			0	0	
Outras formas de evasão			0	0	
Número de promovidos			22	20	
Não renovaram a matrícula			0		
Alunos concluintes					

2-CORPO DOCENTE DE 2007 A 2009

N.º	PROFESSOR	DISCIPLINA
01	GERCINO JOSÉ DA SILVA	Geografia Física I Introdução á Ciência Geográfica

		Geografia Humana I Geografia do Brasil I Geografia Humana II Geografia Regional I Geografia Regional II
03	REGIANE MOREIRA SOBRAL	Sociologia Sociologia da Educação
	MARIA DO CARMO VIEIRA DE ARAÚJO	Antropologia Cultural I Antropologia Cultural II
	MARIA DAS GRAÇAS GOMES	Didática
04	LUCIANA RODRIGUES MARTINHO	Filosofia I
05	CÉLIA HELENA ESTEVES SANCHES	Psicologia da Educação Estrutura e Func. do Ensino Fundamental e Médio
06	GLÁUCIA APARECIDA ROSA CINTRA PERETTI	Geografia Econômica I Metodologia do Ensino de Geografia I Estágio Supervisionado I Organização do espaço mundial: América e Europa. Estágio Supervisionado II Geografia Econômica I
07	RODRIGO BEZERRA DE ARAÚJO GALLIS	Geografia do Brasil II
08	VALÉRIA RODRIGUES PEREIRA	Geografia Agrária I Geografia Agrária II

3-DEMONSTRATIVO DA TITULAÇÃO DOS DOCENTES

GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOUTOR
01	03	04	01

4 – Operacionalização do Projeto: Planos de Ensino de 2007 a 2009

(Em documento anexo)

5 – Proposta de Curso por termo:

1º TERMO:

Nesse termo as disciplinas esperam propiciar os primeiros momentos destes estudantes que adentram ao mundo acadêmico, espera-se favorecer situações fecundas ao desenvolvimento acadêmico-científico-cultural, ofertando uma formação sólida e consistente para enfrentar os caminhos da construção dos saberes geográficos e pedagógicos. O intuito é de formar o especialista-docente. Por isso, das cinco disciplinas que constituem a matriz curricular do 1º Termo, duas tem um caráter eminentemente teórico (Introdução á ciência geográfica, Geografia Física I), duas tem o caráter de conhecimentos gerais (Antropologia Cultural I e Sociologia I) e uma faz parte da prática pedagógica (Didática). As diferentes linhas, gêneros, interpretações e correntes de pensamento que permeiam todas as disciplinas outrora citadas neste parágrafo abrem caminhos para o desenvolvimento das outras unidades de estudo. Vale ressaltar que a disciplina de Didática é essencial a introdução dos alunos no campo educacional, pois favorece a construção de competências e habilidades essenciais a compreensão do fenômeno educativo (sendo a prioridade do curso, devido ao campo de atuação profissional).

Os conhecimentos abordados na **GEOGRAFIA FÍSICA I – cartografia e geomorfologia** são essenciais ao conhecimento e a compreensão das eras geológicas, a evolução do planeta, bem como o surgimento da vida dentro dele e suas relações com o homem. Os conhecimentos de geomorfologia são essenciais para que o acadêmico tenha uma ampla noção da importância das diferentes formas de relevo, sua formação/transformação ao longo de bilhões de anos e que a interferência do homem, quando da ocupação, por ação ou omissão, pode causar danos irreparáveis, colocando em risco sua própria sobrevivência.

Em **SOCIOLOGIA I**, espera-se fomentar a construção de competências, habilidades, valores e atitudes essenciais ao mundo do trabalho e as práticas sociais por meio da compreensão crítica do homem e do mundo,

suscitando reflexões inerentes a estrutura e organização social com vistas à gênese de novos processos interativos fundamentados em princípios humanísticos inalienáveis a todo cidadão.

Para tanto é necessário criar condições para análise da Estrutura e Organização das diferentes sociedades; possibilidades de inclusão e/ou exclusão social, refletindo sobre os mecanismos de poder e dominação na manutenção do (status quo). Além disto, espera-se contribuir para o estudo das Teorias clássicas de Sociologia, considerando a complexidade de relações políticas sociais construídas historicamente bem como as necessidades de qualificação para o exercício da cidadania.

Através da **INTRODUÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA**, tem-se como intento analisar a evolução da Geografia e do pensamento geográfico, visando conhecer o processo histórico de produção do conhecimento geográfico, em diferentes momentos históricos, bem como apontar a contribuição de diferentes "Geógrafos" que ajudaram a construir a "Ciência Geográfica", além de apresentar as Tendências atuais do pensamento geográfico mundial e nacional.

Na disciplina de **ANTROPOLOGIA CULTURAL I** espera-se proporcionar aos alunos o entendimento de comportamentos diversificados representados em nossas comunidades, criados por sociedades, minorias, gêneros, classes e idades, através do tempo, do espaço e da interação social. Há um estudo da diversidade das culturas criadas pelas populações humanas, através do tempo e do espaço, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência material, reprodução e realização psíquica. Mostra os elementos recorrentes e a relação entre os indivíduos e suas respectivas culturas.

A **DIDÁTICA** se configura como uma disciplina síntese, na medida em que utiliza o suporte técnico de outras áreas do conhecimento para a construção da competência político-pedagógica do professor, habilitando-o para a prática educativa em sala de aula e sua inserção no projeto pedagógico da escola. Fundamenta o graduando para compreender e conceituar Educação na construção dos saberes, capacidades e competências necessárias à

atuação profissional no interior do processo educacional. Torná-lo, a partir de referências teóricas, articuladas com a prática real, capaz de planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem tanto no que se refere ao projeto pedagógico da escola quanto à sua prática de gestor do trabalho educativo.

2º TERMO:

A Disciplina de **ANTROPOLOGIA CULTURA II** contribuirá para que o aluno conheça e compreenda a diversidade das culturas criadas pelas populações humanas, através do tempo e do espaço, os mecanismos criados para satisfazer suas necessidades de sobrevivência material, reprodução e realização psíquica. Mostra os elementos recorrentes e a relação entre os indivíduos e suas respectivas culturas. A disciplina oferece ao aluno subsídios para a análise das sociedades lapidando seu senso crítico, situando o educando e suas formas de pensar dentro de um contexto social-histórico, mostrando-lhe a diversidade sócio-cultural, permitindo-lhe questionar seus próprios valores e formas de pensar.

No contexto da **GEOGRAFIA HUMANA I** através do estudo da população brasileira, sua formação, evolução, teorias populacionais, transformação visa contribuir para a formação geral o aluno e de que maneira ele pode contribuir na melhoria dos indicadores sociais e econômicos, considerando que ele é agente transformador da sociedade da qual faz parte. Essa disciplina dará embasamento teórico e prático, trabalhos de coleta de dados “in loco”, para compreender as transformações populacionais e suas consequências para a sociedade.

A disciplina de **GEOGRAFIA FÍSICA II – CLIMATOLOGIA E HIDROGRAFIA**, através do estudo dos fatores que determinam os diferentes tipos climáticos e suas consequências nas atividades humanas e econômicas; o estudo da hidrografia decorre da necessidade de entender a disposição da rede

hidrográfica, sua formação, mudança e influencia no dia-a-dia da sociedade. Essa disciplina dará embasamento teórico e prático (saída de campo) do funcionamento do clima e da rede hidrográfica, criando mecanismos para melhor entendimento das dinâmicas naturais e permitindo ao homem relacionar-se melhor com o ambiente a que ele pertence e faz parte, interagindo melhor e conseqüentemente aumentando a sobrevivência do planeta; o homem precisa entender que é parte do ambiente e quanto melhor entender seu funcionamento, mais harmoniosa será essa relação.

A disciplina de **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I** se justifica dentro do curso de Geografia por possibilitar, aos futuros professores da área, a compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, condição facilitadora para uma atuação docente consciente, planejada e eficaz.

Em **SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I** espera-se apresentar questões sobre o processo de desenvolvimento do saber humano e de sua transmissão através da educação, fomentando reflexões cujo eixo norteador seja a prática reflexiva, em prol de que cada sujeito re-signifique sua práxis considerando o processo de interação Homem- Sociedade - Educação, partindo da conscientização de que há uma interdependência entre ambos e que a realidade contemporânea impõe novas exigências sociais, econômicas, culturais e tecnológicas ao novo cidadão que se enseja formar, para tanto é fundamental recolocar a estrutura e a organização social a serviço da humanidade, reinventando formas interativas.

3º TERMO:

Por meio da **GEOGRAFIA ECONÔMICA I** procura-se desenvolver competências e habilidades capazes de demonstrar a vinculação existente entre a dinâmica econômica e a organização do espaço. A evolução histórica da economia mundial e, sobretudo, os mecanismos utilizados para a superação das suas crises serão investigados à luz da perspectiva teórica atribuída ao

espaço nesses diferentes períodos. Tal abordagem será complementada com o estudo dos modelos espaciais da ortodoxia econômica frente à literatura crítica. Espera-se propiciar um instrumental básico de Economia Política e de Economia, destacando concepções fundamentais do pensamento econômico a partir da produção geográfica atual, mencionando as relações economia-espaço e as diferentes formas de consumo, seus fluxos e demais especialidades a nível mundial e nacional.

Através da **GEOGRAFIA HUMANA II**, tem-se o intuito de propiciar momentos profícuos de mobilização de recursos cognitivos tendo em vista a resolução de situações problema acerca do estudo da produção agropecuária, industrial e do comércio destacando seus efeitos sobre a organização do espaço mundial, com base nos referenciais teóricos e contemplando atividades. Análise da dinâmica dos processos de produção e comercialização e seus impactos sobre as diferentes formas de organização espacial, à luz da divisão internacional do trabalho. Espera-se que a disciplina favorecera a formação de competências e habilidades sobre os agrupamentos humanos e suas relações com o meio geográfico, destacando as seguintes problemáticas: valorização dos recursos naturais feita pelas sociedades humanas; elaboração progressiva (no tempo e o espaço) de procedimentos (métodos, processos, tecnologias) de subsistência; distribuição espacial da população em função das condições da natureza e dos procedimentos criados para a exploração; modos de ocupação da terra desde os mais simples (aldeias) até os mais complexos (Estados). Almeja-se que os acadêmicos adquiram a capacidade crítica - reflexiva diante do processo povoamento e de migração dos contingentes humanos de acordo com os ciclos econômicos de cada tempo e lugar.

Por intermédio da disciplina de **METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA** espera-se oportunizar orientações teórico-metodológicas para o entendimento do processo ensino/aprendizagem de Geografia na Educação Básica, com vistas à formação de habilidades e competências compatíveis a atitudes e responsabilidades profissionais gestadas pelo compromisso político e competência técnica relevantes ao “ser educador” cujo eixo central seja: ensinar

e aprender Geografia através da práxis pedagógica, responsável pela articulação entre teorias e práticas. Almeja-se garantir o estudo do processo ensino-aprendizagem, abordando as variáveis relativas às atividades docentes, bem como as técnicas de planejamento, orientação e avaliação da aprendizagem, em prol de compreender a educação no conjunto das relações sociais e re-significar a relação aluno-conhecimento-professor. Apresentação das correntes do pensamento geográfico e a metodologia do ensino da Geografia, analisando as diferentes propostas curriculares inseridas nos livros didáticos de ensino Fundamental II e Médio, refletindo sobre a formação do professor de Geografia, instrumentalizado-o para a inovação do ensino.

Através da disciplina de **FILOSOFIA** a expectativa é de propiciar aos acadêmicos uma compreensão básica do conhecimento filosófico, evidenciando as contribuições desse conhecimento na formação da civilização ocidental e reforçar o caráter de atualidade da filosofia, através de discussão de temas relativos ao conhecimento e ao comportamento humano. Desenvolver competências e habilidades que permitam perceber o significado e a importância da filosofia enquanto pensamento que pretende superar o senso comum e estabelecer uma visão crítica da realidade fazendo um apelo de se refazer a atitude filosófica genuína, a de questionar criticamente a existência, o conhecimento e a cultura, para tanto se pretende apresentar um panorama amplo e crítico da Filosofia através de reflexões dialéticas acerca de sua origem, campos de investigação, principais períodos históricos e os principais filósofos, cujas contribuições possibilitam uma visão hermenêutica de mundo.

Em **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**, o anseio é de desenvolver aptidões para o enfrentamento de situações problema acerca da Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio mobilizando recursos cognitivos que garantam a aquisição de noções básicas sobre legislação do ensino. Destacando a conceituação de sistemas de ensino, Sistema estadual de ensino e particular, o papel dos Conselhos de Educação, o controle do Sistema de Ensino e a

Estrutura do ensino brasileiro. A perspectiva é de promover discussões acerca do Funcionamento dos estabelecimentos de ensino, dos Regimentos dos estabelecimentos de ensino e as normas sobre Estrutura e Funcionamento da escola (Ensino Fundamental II e Ensino Médio), tendo como eixo norteador a pedagogia de competências e habilidades.

Mantendo a mesma perspectiva do 2º termo, os núcleos de disciplinas aqui se dividem eqüitativamente quanto aos objetivos de fornecer uma satisfatória carga de conhecimento específico ao saber geográfico, com duas disciplinas de caráter específico, duas de formação pedagógica e uma de conhecimentos básicos.

4º TERMO:

A partir da **GEOGRAFIA AGRÁRIA I**, os acadêmicos terão contato com noções básicas introdutórias acerca da evolução da agricultura, sobre o uso do solo e estrutura agrária. Faz-se necessário propiciar a formação holística do acadêmico, desenvolvendo competências e habilidades que permitam a mobilização de recursos cognitivos para a resolução de problemas relativos ao sistema de cultura e formações econômico-sociais, funções da agricultura, renda fundiária e a agricultura no modo capitalista de produção. Analise da natureza das relações de produção e de trabalho no seio das atividades agrárias, compreendendo as diferenciações das estruturas agrárias face aos sistemas sócio-econômicos, enfatizando as transformações recentes no campo, especialmente no Brasil.

Sob a égide da **GEOGRAFIA REGIONAL I** procura-se instaurar reflexões inerentes a concepção de região segundo as correntes do pensamento geográfico e o processo de Globalização, promovendo espaços fecundos a formação de habilidades e competências essenciais a compreensão da evolução do conceito de região como resultado da evolução do pensamento Geográfico bem como o conceito de Fronteira frente ao processo de Globalização.

Perante a ótica da **GEOGRAFIA DO BRASIL I**, espera-se propiciar o desenvolvimento de competências e habilidades a partir do estudo da composição, estrutura e dinâmica da população brasileira, a partir das diferentes teorias e contemplando atividades práticas, analisando a dinâmica da população brasileira e a organização espacial construída na sua relação com o meio ambiente.

Considerando a **METODOLOGIA CIENTÍFICA**, pretende-se fornecer aos alunos instrumentais teóricos e metodológicos para análise sobre a produção do conhecimento, sua difusão e incorporação, destacando o sentido e perspectiva do Ensino Universitário; a tríplice missão: ensino, pesquisa e extensão, enfatizando termos como: o método científico, a produção científica, a comunidade científica, os trabalhos acadêmicos, a instrumentalização metodológica, o método científico e a prática da pesquisa, a função social da pesquisa. Espera-se que os acadêmicos sejam preparados para a resolução de situações análogas referentes a metodologia científica, formando consequentemente competências e habilidades pertinentes a postura de pesquisa, compreendendo portanto os tipos e características da pesquisa e do projeto de pesquisa.

A partir do **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I** espera-se propiciar ao aluno a vivência direta da prática de ensino em Geografia na Educação Básica em escolas públicas ou privadas, através da regência de classe, tendo como foco a formação de competências e habilidades. A tentativa é de ofertar um conjunto de experiências e vivências interdisciplinares de trabalho em educação realizadas em instituições escolares, bem como a preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola. É essencial que os discentes adquiram competências e habilidades que possibilitem a orquestração e mobilização conhecimentos e capacidades inerentes a: Vivência da prática educativa da Geografia. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais,

execução e avaliação. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula a partir de fichas de observação.

Por intermédio da disciplina de **TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA** Almeja-se que os acadêmicos construam competências e habilidades capacitando-os pedagógica e tecnicamente como futuros profissionais da educação, no planejamento, organização, coordenação e execução de atividades de campo no âmbito do Ensino Fundamental e Médio de Geografia. Para tanto se faz necessário propiciar situações fecundas a resolução de problemas, circunstanciando e justificando no plano teórico-metodológico: os temas, questões, recortes espaciais, estudos de caso e exemplos que se concretizam como os objetos de análise da disciplina, a saber: as formas, estruturas e processos de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental que constituem a particularidade e as singularidades dos espaços e redes urbanas e rurais. Para tanto é necessário discutir, compreender e planejar trabalho de campo em diferentes áreas temáticas da Geografia, realizando trabalhos de campo, promovendo atividades práticas e produção de relatórios.

A partir da **GEOGRAFIA ECONOMICA II**, deseja-se desenvolver competências e habilidades aprofundando os aportes teóricos apresentados aos acadêmicos, acerca da Geografia Econômica espraiando as orientações existentes acerca da vinculação entre a dinâmica econômica e a organização do espaço, destacando as relações economia-espaço e as diferentes formas de consumo, seus fluxos e demais especialidades a nível mundial e nacional. A ampliação dos conhecimentos relativos à geografia econômica depende da análise de questões como: O espaço econômico do ponto de vista interdisciplinar; A formação das economias; Fases expansivas e depressivas da economia mundial; O modelo desenvolvimentista na periferia capitalista; O espaço econômico na globalização; A fragmentação do espaço atual.

Almejando o aprofundamento das discussões de caráter específico do campo da Geografia e a introdução às práticas profissionais, houve uma ampliação de unidades de estudos de cinco para sete e, das sete disciplinas, quatro têm teor específico (Geografia Econômica II, Geografia do Brasil I, Geografia Regional I, Geografia Agrária I) e iniciamos o Estágio Curricular Supervisionado com perspectivas gradativas, já que, neste termo, os alunos desenvolvem 100 horas de Estágio.

5° TERMO:

Sob os princípios engendrados pela **GEOGRAFIA REGIONAL II** pretende-se atingir o aprofundamento de questões relativas à Geografia Regional, considerando pedagogia das competências. Há um destaque ao processo de formação e organização do mundo atual, por intermédio da análise do conceito de região a partir das correntes do pensamento geográfico. O foco essencial é de promover a compreensão do processo de formação e organização espacial do mundo atual e suas relações globais, no que se refere a aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais a partir de análises do processo histórico de expansão capitalista europeia na América, África e Ásia e a repercussão na organização e fragmentação do espaço mundial (expansão capitalista, colonialismo, imperialismo, neo-colonialismo).

As análises desenvolvidas pela **GEOGRAFIA DO BRASIL II** propõem os estudos da produção agropecuária, industrial e das atividades de comércio (interno e externo) e serviços da economia brasileira. Sob esta ótica a disciplina mobiliza esforços para o desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam a análise das estruturas e produção visando compreender as diferentes formas de organização do espaço brasileiro.

A disciplina de **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II** visa propiciar ao aluno a vivência direta da prática de ensino em Geografia na Educação Básica em escolas públicas ou privadas, através da regência de classe, tendo como foco a formação de competências e habilidades. Espera-se ofertar ao acadêmico um conjunto de experiências e vivências interdisciplinares de trabalho em educação realizadas em instituições escolares, bem como a preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola. Vivência da prática educativa da Geografia. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais, execução e avaliação. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula a partir de fichas de observação.

O intuito da **GEOGRAFIA AGRÁRIA II** é de aprofundar as noções introdutórias apresentadas acerca da evolução da agricultura, sobre o uso do solo e estrutura agrária, tendo como foco o desenvolvimento de competências e habilidades. Destacando a evolução dos estudos da agricultura, a caracterização geral do sistema de agricultura, os elementos do meio, bem como a localização da atividade agrícola. Faz-se necessário instaurar reflexões sobre os temas: Geografia Rural e atividade agrícola; Condicionantes geocológicos na organização do espaço agrário, características sócio-fundiárias e de modernização da agricultura; Política agrícola e tendências do setor agrícola brasileiro. Almeja-se criar situações-problema onde haja a análise da natureza das relações de produção e de trabalho no seio das atividades agrárias no Brasil, compreendendo as diferenciações das estruturas agrárias no Brasil capitalista, enfatizando as transformações recentes no campo brasileiro.

A perspectiva central da **ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL I- América e Europa** é de que os alunos construam competências e habilidades que possibilitem analisar a transformação do espaço mundial, compreendendo os grandes conjuntos da terra: físico, humano, político e econômico e a ação humana integrada aos fatores geográficos (localização, aspectos físicos e

políticos). Apresentação das características geográficas e políticas da América e Europa, destacando os diversos modelos de desenvolvimento econômico, discutindo aspectos estruturais, diferenças regionais e problemáticas existentes.

Prossegue a preocupação com o aprofundamento de saberes específicos, neste termo, pois das cinco disciplinas existentes, quatro são do campo da geografia e uma da área Pedagógica que é o Estágio Curricular Supervisionado II ganha uma ampliação²⁴ de carga horária, visando a compreensão das práticas pedagógicas, proporcionando maiores contatos com a realidade educacional em prol da articulação entre pressupostos teóricos e práticos.

6° TERMO:

A expectativa principal da disciplina de **GEOGRAFIA URBANA** é de investir na formação de habilidades e competências acerca do estudo da formação e expansão dos espaços urbanos, garantindo reflexões acerca do papel no espaço. É pertinente realizar a análise do processo de urbanização e sua vinculação com a industrialização. O intento é de promover o envolvimento dos acadêmicos em situações práticas através de pesquisa da realidade local buscando caracterizações, análises e tendências das condições sociais, econômicas, culturais e naturais dos espaços urbanos da região em prol de que haja a identificação do processo de ocupação do espaço urbano e sua relação com a sociedade e meio ambiente.

A disciplina de **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, dissemina saberes acerca do histórico e antecedentes da Educação Ambiental, propondo reflexões profícuas das relações entre a sociedade e a natureza, promovendo a operacionalização das atividades de Educação Ambiental, por intermédio da assunção da pedagogia de competências. Caracterizando-se por novas e diferentes abordagens, tem uma preocupação fundamental que se refere ao

²⁴ O estágio neste período obteve uma ampliação de 100 horas para 140 horas.

papel da ciência e das técnicas na construção de novos conceitos e mentalidades, que possam contribuir para uma mudança paradigmática do saber. Trata-se de direcionar seu uso, procurando negar a dicotomia entre as ciências tecnológicas e humanistas e de resgatar a cultura, que deve propiciar novos insights conceituais, capazes de mostrar a importância do ambiente natural como elemento de realização social e de impulsionar ações mais justas dos homens entre si e com a natureza.

O **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III** propicia ao aluno a vivência direta da prática de ensino em Geografia na Educação Básica em escolas públicas ou privadas, através da regência de classe, tendo como foco a formação de competências e habilidades. Espera-se ofertar ao acadêmico um conjunto de experiências e vivências interdisciplinares de trabalho em educação realizadas em instituições escolares, bem como a preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola. Vivência da prática educativa da Geografia. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais, execução e avaliação. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula a partir de fichas de observação.

A perspectiva central da disciplina **ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL II-Ásia, África, Oceania e Antártica** é de que os alunos construam competências e habilidades que possibilitem analisar a transformação do espaço mundial, compreendendo os grandes conjuntos da terra: físico, humano, político e econômico e a ação humana integrada aos fatores geográficos (localização, aspectos físicos e políticos). Além da apresentação das características geográficas e políticas da Ásia, África, Oceania e Antártica, destacando os diversos modelos de desenvolvimento econômico, discutindo aspectos estruturais, diferenças regionais e problemáticas existentes.

Através da disciplina **TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS** espera-se proporcionar a construção de competências e habilidades acerca das Tecnologias educacionais e sociedade, enquanto ferramentas valiosas, com

ênfase nas concepções do uso das tecnologias informatizadas na educação, operação de computadores e instrumentos nas áreas. É essencial destacar as abordagens teóricas, terminologias e conceitos, paradigmas de produção de saberes na área de tecnologia e educação e acesso ao conhecimento e à pesquisa de softwares educativos que fundamentem a educação; tecnologia viabilizadora de estratégias empreendedoras no âmbito escolar, da rede de ensino pública e/ou privada, bem como em outras organizações onde práticas educativas se evidenciem.

Por ser o último período as horas destinadas ao Estágio Curricular Supervisionado²⁵ ganham maior dimensão, pois há uma preocupação maior com a formação deste acadêmico, em breve professor, portanto é de suma relevância promover profundas relações entre teorias e práticas. Finalizam-se os estudos estipulados pela Graduação em Geografia (licenciatura) das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina em busca pela melhoria da qualidade do ensino que deve ser uma constante na vida dos educadores. Partindo desta concepção, entende-se que repensar a ação docente é um desafio cotidiano, principalmente quando se almeja formar um aluno cidadão, consciente, crítico, ético, criativo e atuante na sociedade em que vive. Esse desafio se intensifica diante das rápidas e profundas transformações nos mais variados setores da vida contemporânea, acentuadas com a Terceira Revolução Técnico-Científica, acelerando a produção e disseminação de novos produtos e informações. Neste sentido, a docência, por excelência, é uma atividade profissional de alta responsabilidade técnica, política e social, pressupondo-se, portanto, que a formação do educador requer compromisso e competência.

Houve uma necessidade latente que é a inserção de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais, que aconteceu no último período do curso. Tal ensino é considerado importante para as diferentes circunstâncias sociais e as Instituições de Nível Superior, principalmente quando se trata da formação de

²⁵ Neste período o estágio será ampliado para 160 horas.

profissionais para atuar na educação não podem deixar de contemplar esta necessidade. Os acadêmicos em Geografia têm a oportunidade de estabelecer contatos profícuos com aportes teórico-práticos acerca dos Estudos Surdos que se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas, são focalizados e entendidos a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político.

6 – Metodologia de Ensino:

A identidade do curso é composta metodologias diversificadas, mas com um eixo comum: propiciar situações fecundas a construção do conhecimento tendo em vista a formação de competências e habilidades pessoais e profissionais. As práticas pedagógicas precisam estar pautadas no respeito, diálogo, democracia, justiça, acolhimento e valorização do ser humano, pois é essencial que os acadêmicos tenham um desenvolvimento intelectual e humanístico, algo que já se corporifica como política da instituição, a preocupação com o pleno desenvolvimento humano e a inserção dos acadêmicos no mundo científico, respeitando a diversidade cultural, ensinando tal respeito pela alteridade.

As aulas são espaços participativos onde ocorrem debates, reflexões, avaliações e interações entre professores e alunos, as situações didáticas contemplam a dinamicidade do processo educativo e o papel de mediador do professor, um provocador de aprendizagens. De modo geral, as aulas contemplam uma diversidade de estratégias de ensino: aulas expositivas dialógicas (tempo considerável), trabalhos em grupo, pesquisas, dinâmicas, debates, seminários, cursos (o conceito de aula não deve estar restrito ao espaço da sala), filmes, músicas, dentre outras situações educativas que se façam necessárias a eficácia do processo ensino-aprendizagem.

As metodologias de ensino têm que contemplar a formação do cidadão crítico, criativo, capaz de estabelecer relações e fazer julgamentos; há de ser atuante, responsável e comprometido com o que faz; deve ser bem informado, capaz de se perceber no grupo e atuar no sentido de seu fortalecimento e de sua coesão, especialmente considerando a pedagogias das competências.

É importante que as aulas sejam organizadas de modo que o acadêmico possa participar da definição dos temas; fortalecer a sua autonomia, o comprometimento e a responsabilidade compartilhada; confrontar idéias, experiências e resultados de pesquisa, produzir conhecimentos significativos e funcionais, valorizar diferentes habilidades e potencialidades; apreender e interpretar conceitos, utilizando o conteúdo próprio de diferentes disciplinas; ter uma visão global da realidade que possibilite mapear caminhos com destino a prática pedagógica de qualidade.

7 – Processo Formativo:

a) Trabalho Pedagógico:

O curso de Geografia deve contribuir para estimular um trabalho pedagógico transformador da realidade, haja visto que o fazer geográfico tem sido tema de reflexão constante na busca de um saber cotidiano, contextualizado e, sobretudo, socializado. Como em todos os estabelecimentos de ensino, preocupados com o aprimoramento da aprendizagem e, em especial, com o fazer geográfico, as Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina tem sido atingida pela exploração das múltiplas tendências existentes sobre o ensino-aprendizagem de Geografia.

A simples visão geográfica apoiada na memorização e descrição de dados, tão caracterizada na dualidade Terra-Homem, não cabe mais no contexto do ensino da Geografia e obviamente das avaliações nos diferentes

níveis de escolaridade. Os novos Parâmetros Curriculares deixam evidentes que *a crise da Geografia trouxe o enriquecimento do conhecimento geográfico através de uma nova relação entre a teoria e a prática. Esta se baseou na análise crítica da construção de um corpo de conhecimentos e de sua metodologia, cujos instrumentos fossem capazes de responder às questões postas por esta ciência para a formação do cidadão, não permitindo que ele submergisse à voracidade das transformações ocorridas no Brasil e no mundo.*

A construção da Geografia coloca para os professores grandes desafios, quando se propõe a refletir socialmente sobre o sujeito, agente transformador desta realidade, assim: a escola se transforma em *locus* da elaboração individual e coletiva do senso crítico e de valores éticos, construídos a partir de uma leitura mais interativa e participativa . As competências e habilidades devem ser refletidas sob pena de alijar o debate que vem sendo travado nas áreas competentes, continuando o aluno como receptáculo de informação, ao invés de um ser crítico, capaz de criar/construir o saber, tomar decisões e solucionar questões.

Os métodos e as teorias da Geografia tradicional tornaram-se insuficientes para responder essa complexidade e, principalmente, para explicá-la. Contrapondo-se à Geografia tradicional que priorizava o estudo da relação homem-natureza, sem caracterizar as relações sociais, a Geografia crítica aponta para as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza, na produção do espaço geográfico, sendo que ambas negligenciam a relação do homem e da sociedade com a natureza em sua dimensão sensível de percepção do mundo: *uma, nega ao homem a possibilidade de um conhecimento que passe pela subjetividade do imaginário; a outra, por tachar de idealismo alienante qualquer explicação subjetiva e afetiva da relação da sociedade com a natureza.* É preciso, portanto, definir abordagens que considerem as dimensões subjetivas e, deste modo, singulares que os homens em sociedade estabelecem com a natureza.

No transcorrer do curso, os acadêmicos precisam vivenciar um processo ensino-aprendizagem que permita a resignificação de conteúdos e o aprimoramento de habilidades e competências em prol de solucionarem situações problema especialmente em sua futura área de atuação. Vale destacar a importância do papel político e pedagógico do professor frente à socialização dos conhecimentos pedagógicos e geográficos. O intuito é de promover um trabalho pedagógico consciente das transformações do mundo contemporâneo e suas implicações na profissão docente, considerando que o trabalho pedagógico pode corporificar o diferencial social através da formação de competências e habilidades.

b) Experiência e prática profissionais: uma formação integrada

É essencial que o ensino da Geografia contemple a experiência e prática profissionais com vistas a uma formação integrada, pois o ensino da Geografia deve estar centrado não apenas na descrição empírica das paisagens, tampouco deve pautar-se exclusivamente na interpretação política e econômica do mundo, mas deve trabalhar as relações sócio-culturais da paisagem, como também, os elementos físicos e biológicos, que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre elas, estabelecidas na constituição de um espaço: o espaço geográfico.

A Geografia que se quer é aquela que o aluno compreenda melhor, e de forma mais ampla, a realidade, possibilitando que nela interfira de maneira mais consciente e propositiva. Urge a necessidade de conhecimentos múltiplos, o domínio de categorias e procedimentos básicos com os quais não apenas compreenda as relações socioculturais e o funcionamento da natureza às quais historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade: o conhecimento geográfico.

É relevante observar que as FIRB de Andradina, enquanto instituição de ensino e aprendizagem, busca a formação integral do indivíduo, questionando a visão antropocêntrica, ocidental, dicotômica da relação homem/natureza, estabelecida e cristalizada na sociedade industrial e inaugurada pelo capitalismo devendo, pois, ter como parâmetro o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes- ENADE(indicador crucial) para nortear o seu método ou os seus conteúdos, além da futura área de atuação.

Sem dúvida, professores, orientadores e mesmo os livros didáticos estão preocupados com uma revisão crítica do conhecimento do espaço, de forma multidisciplinar, numa tendência positiva, onde os geógrafos, dentro das suas perspectivas, tentam definir o que é e para que serve a Geografia, a sua função como disciplina escolar e as linhas metodológicas nas quais se fundamenta.

A maneira mais comum de ensinar Geografia tem sido destacada pelo discurso do professor ou pelo livro didático. Abordagens mais recentes têm buscado práticas pedagógicas que permitam aos alunos, os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em diferentes momentos de escolaridade, desenvolvendo a capacidade de refletir e compreender a relação sociedade-natureza na busca de respostas às suas necessidades. Cada período do curso de Geografia das FIRB apresenta um grau de amadurecimento que deve ser respeitado sob pena de esvaziar o discurso e não viabilizar a prática.

Competências e habilidades

Observando todos os pressupostos discutidos acima, espera-se que os acadêmicos (*futuros professores*) desenvolvam em seus alunos, ao longo dos quatro anos do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio a construção de habilidades e competências que permitam:

- *conhecer e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;*
- *compreender a espacialidade e a temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interação;*
- *compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e técnicos e as transformações são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;*
- *conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território, o lugar e seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;*
- *fazer leituras de imagens de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;*
- *valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos, e um elemento de fortalecimento da democracia;*

Espera-se que ao decorrer dos seis semestres de curso, os professores planejem situações didáticas que privilegiem a mediação entre os saberes geográficos e pedagógicos, com o intuito de fundamentar a futura prática profissional. Os acadêmicos necessitam de condições para interligar teorias e práticas, relacionado saberes e fazeres pedagógicos-geográficos. As atividades curriculares e extracurriculares promovem a práxis pedagógica: ação–reflexão–ação, estabelecendo relações entre saberes e fazeres. Vale destacar que o Estágio Curricular Supervisionado é um momento privilegiado de encontro entre aportes teóricos e prática verdadeiramente efetivada em sala

de aula. A inclusão do Estágio no currículo permite a formação integral do acadêmico, desenvolvendo no aluno capacidades e habilidades para conhecer, analisar e descrever a realidade concreta de sua futura atuação profissional em prol da adoção de práticas educativas consistentes e fundamentadas por teorias desenvolvidas ao longo do Curso de Geografia, com o intuito de subsidiar procedimentos pedagógicos eficientes, tanto em sala de aula, quanto no ambiente escolar total.

O Estágio deve ser supervisionado pelo professor por meio de um projeto claro e coerente com seus objetivos, além das discussões desenvolvidas no decorrer das aulas por intermédio do aprender a aprender dentro da ambiência escolar, assim como fora dela.

Outras atividades pressupõem as experiências em que os alunos alcancem a dimensão da prática profissional, como projetos de instrumentalização de fontes primárias e organização de projetos de pesquisa e extensão, uma vez que em todas elas, é possível conciliar os saberes apreendidos dentro de sala com o que se denomina de “ofício do professor de Geografia”.

8 – Avaliação Institucional:

Em 2000, as Faculdades Integradas Rui Barbosa estabeleceram os procedimentos para a auto-avaliação da Instituição, facilitando assim a inserção do processo a partir de 2004 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, conforme Lei 10.861/2004. Para isso, foi criada a Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA. A comissão é composta por docentes, técnico-administrativos, discentes e membros da comunidade local, e tem como função a condução de todo o processo de avaliação institucional.

A avaliação atual utiliza-se de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação e consulta formal a todos os membros da comunidade acadêmica sobre diversos tópicos. As atividades de ensino, iniciação científica,

extensão e administração das Faculdades Integradas Rui Barbosa são abordadas na avaliação, que será contínua e organizada em ciclos trienais. A cada ciclo serão produzidos relatórios parciais e um relatório final, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão da IES.

A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PRECISA:

- Ter foco nos processos coletivos e não na avaliação do indivíduo;
- Fornecer à gestão institucional, aos órgãos avaliadores e reguladores do MEC e à sociedade uma análise crítica e contínua da eficiência, eficácia e efetividade acadêmica das FIRB.
- Ser contínua e organizada em ciclos trienais;
- Contar com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as etapas da avaliação, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos resultados;
- Subsidiar a consecução dos princípios e missão das FIRB, bem como do seu Plano de Desenvolvimento;
- Focalizar o processo de auto-avaliação nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;
- Utilizar, com o maior grau de integração possível, métodos qualitativos e quantitativos de avaliação;
- Ser constituída de métodos de simples entendimento e administração;
- Ser adaptável às necessidades e características da instituição ao longo de sua evolução;
- Utilizar os dados já disponíveis sobre a instituição;
- Criar uma cultura de avaliação em toda a instituição, focalizada na constante melhoria e renovação de suas atividades;

9 – Da Pesquisa e Extensão:

a) da pesquisa:

O Curso de Geografia das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina tem uma acirrada preocupação com a pesquisa e extensão e seu entrosamento com o processo ensino-aprendizagem. Almeja sempre estimular os alunos a desenvolverem competências e habilidades compatíveis a futura área de atuação. É de suma relevância destacar que as práticas de pesquisa têm um caráter de certo modo inicial e interno devido a falta de recursos de fomento e de um núcleo específico de Iniciação Científica.

Durante o curso os acadêmicos deixam clara a necessidade de produção de pesquisa e vem demonstrando o interesse crescente pela prática de pesquisa em prol da construção de conhecimentos científicos, bem como a exigência do próprio processo formativo frente às exigências profissionais atuais.

Já no início do curso os acadêmicos são estimulados a participar de projetos de pesquisa amparados na pluralidade de idéias e concepções pedagógicas e geográficas. Dentro das próprias disciplinas vislumbra-se a possibilidade de propiciar situações fecundas a postura investigativa diante do mundo, da realidade que os circunda. É possível empreender o olhar investigativo e produzir saberes científicos desde que os alunos sejam instigados a aplicarem aos conteúdos curriculares a contraposição entre olhares da esfera geográfica e a abertura a pesquisa permanente por parte de discentes e docentes.

Todas as propostas de pesquisa apresentadas pelos alunos e professores ganham estímulo com a adesão das Faculdades Integradas Rui Barbosa que proporciona o apoio, sem medir esforços, para seu desenvolvimento, abrindo assim o espaço para que essa prática se amplie dentro da instituição e fortaleça o caráter investigativo na formação desses alunos. Assim, apesar de iniciante e desprovido dos recursos de agências de fomento, a pesquisa no Curso de Geografia é uma meta, um item em ascensão, e deverá ganhar cada vez mais espaço dentro da instituição, um compromisso

com o aprimoramento profissional e pessoal de profissionais competentes e habilidosos, preparados para o mundo do trabalho, seja no campo educacional ou fora dele.

b) da extensão

A graduação em Geografia das Faculdades Interadas Rui Barbosa de Andradina promoverá anualmente, o desenvolvimento de, no mínimo, um projeto de extensão. De modo geral, isso se dará com a produção dos “Encontros de Geografia”²⁶, que visam complementar as atividades curriculares fortalecendo a formação dos alunos no desenvolvimento de discussões preocupadas com o processo formativo, o campo educacional, os problemas sociais, políticos e culturais e as discussões atuais da Geografia contemporânea.

Os cursos e mini-cursos desenvolvidos nestas extensões serão escolhidos pelo coordenador do curso de maneira a atender aos objetivos de complementarem a formação profissional desses graduandos, seja no campo da Educação ou nas particularidades do ofício do geógrafo. Mas, nessa perspectiva, compreendemos que a extensão deve não apenas corroborar com as ações e discussões das atividades curriculares dentro do processo formativo, mas ainda promover a integração dessas discussões teóricas entre o campo acadêmico e a sociedade civil, influenciando positivamente as relações sociais e profissionais de alunos e professores de diversas áreas com toda a comunidade.

Além dos “Encontros de Geografia”, outros projetos de extensão devem ganhar espaço dentro do Curso de Geografia, tal fato ocorrerá a medida das necessidades dos alunos e da demanda profissional e discutir questões que contribuam para o processo formativo. Assim, são necessárias palestras e

²⁶ No ano de 2008 estima-se a organização de um encontro de Geografia que contará com a presença dos alunos pertencentes a instituição e alunos de outras instituições (que desejarem participar).

seminários no decorrer do ano letivo, para suprir essas necessidades e apresentar aos alunos, novos olhares e percepções acerca do conhecimento geral, geográfico e pedagógico.

A organização de eventos internos também contribui para por em prática as ações-reflexões desenvolvidas no curso. Essas atividades são amparadas pela instituição, porque visam reforçar o trabalho pedagógico e encontram grande adesão por parte de alunos e professores.

Espera-se que os professores proponham projetos de pesquisa e extensão, promovendo assim uma sólida e consistente articulação entre teorias e práticas (vivência). As atividades de campo são enriquecedoras e ampliam as possibilidades culturais dos acadêmicos, propiciando, por conseguinte uma ampla gama de possibilidades de pesquisa e extensão.²⁷

10 – Atividades Complementares:

Além das atividades de extensão promovidas pelo Curso de Geografia, os alunos, durante todo o curso, têm incentivos e acesso a outras atividades complementares dentro e fora da instituição. Dentro das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina, os acadêmicos participam de cursos e eventos promovidos por outros cursos, como é o caso da Semana do Cinema Nacional, promovida pelo curso de Letras ou ainda da Semana da Licenciatura, um espaço promovido pelos diversos cursos de Licenciatura em que se debatem, em mesas redondas, temas de caráter formador geral. Logo o curso de Geografia integra-se a outros cursos de graduação, em especial aqueles ligados ao campo educacional.

²⁷ No decorrer do curso, os acadêmicos em geografia participaram das seguintes visitas de campo: Usina Hidrelétrica de Jupia, Acampamentos do MST, Passos-MG-Visitas a campo- Locais visitados: Usina de Furnas, Serra da Canastra, Lagoa Azul dentre outros aspetos observados.

Fora da Faculdade os alunos procuraram estabelecer vínculos com outras instituições algo que enriquece não apenas a formação desses alunos com novas palestras e mini-cursos, mas ainda desenvolve o pensamento reflexivo e a capacidade de trabalhar em equipe que o futuro profissional deverá portar para se constituir enquanto profissional crítico e criativo.

As atividades complementares constarão de 200 horas de conteúdos extra-curriculares, obtidas através de atividades realizadas pelos alunos as quais configurem-se como “ extra-curriculares” e que demonstrem uma fundamentação acadêmico-científico-cultural, quer seja pela participação como ouvinte, ministrante ou co-participante em: simpósios acadêmico-científicos, congressos científicos e culturais, estágios em projetos dentro de sua área de formação os quais gerem um conhecimento adquirido que enriqueça a sua formação acadêmico-profissional, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais tanto a formação pessoal do acadêmico quanto para sua futura área de atuação profissional.

O acadêmico pode desenvolver estas atividades a partir do início do curso, devendo comprovar por documentação específica em cada evento a carga horária efetivamente cumprida. A somatória da carga horária destes eventos, não poderá ser inferior a 200 horas ao final do curso. Caberá ao colegiado de curso, apreciar os pedidos de contagem de carga horária durante o curso solicitado pelos acadêmicos, a qual será efetivada por meio de resolução do colegiado, no último ano de curso do acadêmico.

11 – Projeto de Estágio Supervisionado:

11.1 – Regulamento:

FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA DE ANDRADINA

COORDENADORIA DE GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GEOGRAFIA

CAPÍTULO I – DA FINALIDADE

Artigo 1º

Em consonância com o que estabelece o Regulamento Geral de Estágios das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina, o presente Regulamento tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas com as disciplinas curriculares de estágio do Curso de Licenciatura em Geografia.

Artigo 2º

A disciplina Estágio Supervisionado em Geografia nas Escolas do ensino Fundamental e Médio, envolve observação, participação e prática e tem como objetivos:

I - Implantar uma estratégia de profissionalização, direcionada no sentido de alcançar o desenvolvimento técnico-científico e o compromisso social a serem adquiridos pelo estudante, desenvolvendo competências e habilidades pessoais e principalmente profissionais que propiciem a análise crítica entre as unidades de estudo estudadas no curso e a prática realmente efetivada em sala de aula;

II - Compreender a estrutura e o funcionamento do Ensino Fundamental e Médio, nas suas dimensões organizacionais, pedagógicas e normativas, oportunizando o desenvolvimento e a adaptação do acadêmico a sua futura atuação profissional.

III - Implementar a integração instituições/empresas-academia, tendo em vista permitir a realização de trabalhos conjuntos e, a conseqüente troca de conhecimentos e experiências entre os agentes envolvidos;

IV- Buscar a instrumentalização prática, tendo em vista alcançar a complementaridade do conteúdo teórico de disciplinas do curso, proporcionando oportunidades de articulação entre teorias e práticas em redes publicas ou privadas de ensino.

V - Desenvolver o aspecto integrador do ensino, visando a consolidação do caráter interdisciplinar, através da realização de atividades práticas integradas e supervisionadas que promovam o aprimoramento da formação profissional;

CAPÍTULO II – DAS METAS E DA CARGA HORÁRIA

Artigo 3º

Cumprir integralmente, durante o curso de Geografia, a carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas estabelecida na matriz curricular vigente, de acordo com o que estabelece o Artigo 65 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96.

Parágrafo único - As atividades previstas no Plano de Estágio só poderão ser desenvolvidas após a formalização por ofício a ser emitido pelas FIRB – Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina.

Artigo 4º

A carga horária mínima prevista será distribuída durante os três períodos do curso de Geografia, contemplando a observação, participação e regência em escolas do Ensino Fundamental e Médio.

§ 1º O aproveitamento parcial de atividades profissionais correlatas deverá ser requerido pelo aluno no ato da matrícula semestral.

§2º Só serão consideradas atividades laboriais compensatórias aquelas passíveis de serem legalmente comprovadas e, desde que tenham sido desenvolvidas em instituições oficialmente constituídas.

§3º O pedido será submetido à apreciação do Coordenador do Curso que, na primeira quinzena do semestre em curso, emitirá um parecer avaliatório da pertinência da solicitação.

§ 4º O Coordenador do Curso poderá designar uma comissão constituída de três professores do próprio curso para esse fim específico.

§ 5º A decisão final será de competência do Diretor Geral das Faculdades Integradas Rui Barbosa, não cabendo nenhuma ordem de recurso.

CAPÍTULO III – DO PROJETO E DO RELATÓRIO

Artigo 5º

O Estágio Supervisionado será realizado com base em um Projeto de Estágio desenvolvido pelo professor Supervisor de Estágios e, será submetido à apreciação do Coordenador de Curso, devendo focar atividades que priorizem três eixos, a saber: observação/pesquisa, participação e regência.

I. As atividades previstas devem assegurar o aprofundamento teórico sobre temas no campo da educação, especialmente os decorrentes das experiências vivenciadas nas disciplinas constantes da matriz curricular do curso.

II. O desenvolvimento de ações nos diferentes campos de atuação do profissional de Geografia, desde que em consonância com a proposta curricular do curso.

III. A possibilidade de integração e interação do aluno-estagiário com a instituição campo de pesquisa.

Parágrafo único – As atividades previstas pelo Projeto de Estágio poderão ser desenvolvidas parcialmente, em instituições ou órgãos distintos das unidades de ensino convencionais, desde que mantida a natureza didática pedagógica.

Artigo 6º

Ao término do estágio será elaborado um relatório em forma de documento conclusivo e, no que couber deverão ser obedecidas as normas técnicas do manual Trabalhos Acadêmicos, publicadas pela FIRB-Editora, 2002, devendo conter no mínimo os seguintes itens:

- a) cópia do projeto de estágio;
- b) calendário de estágio contendo datas, horários e especificações das atividades realizadas, com a assinatura do dirigente da instituição campo de estágio, comprovando a frequência do aluno estagiário;
- c) registro das atividades desenvolvidas em forma de relatório descritivo ou fichas pré-impressas, apropriadamente desenvolvidas para essas finalidades específicas;
- d) conclusão final sob a forma de relato pessoal.

§1º O Relatório será sempre individual, mesmo nos casos de estágios realizados concomitantemente por mais de um aluno em razão da especificidade da instituição não permitir a presença singular.

§2º Deverá ser entregue no final da penúltima quinzena do semestre em curso, de acordo com a rotina em anexo, estabelecida pelo Supervisor de Estágios em consonância com esse Regulamento.

CAPÍTULO IV – DAS COMPETÊNCIAS E DOS DEVERES

Artigo 7º

Compete ao professor Supervisor de Estágios:

- a) coordenar junto aos alunos a elaboração do Projeto de Estágios;
- b) orientar os alunos no desenvolvimento das atividades, coleta de dados e informações necessárias para a elaboração do relatório;
- c) estabelecer o acompanhamento quando possível das atividades dos alunos na realização dos estágios;
- d) promover contatos com as instituições onde se realizarão os estágios ampliando e qualificando as oportunidades.
- e) supervisionar os alunos na elaboração e organização do Relatório Final no intuito de garantir certa padronização, facilitando o trabalho posterior de arquivamento pela Secretaria das Faculdades Integradas Rui Barbosa.

Artigo 8º

São deveres dos estagiários:

- a) intercambiar o pedido de autorização para estagiar no campo de sua preferência;
- b) preparar e realizar as atividades previstas no Projeto de Estágio;
- c) organizar o registro pessoal das atividades desenvolvidas, comprovando a sua execução;

- d) comparecer à instituição campo de estágio nos dias e horários previamente fixados;
- e) respeitar o número de estagiários por período, fixados pela instituição;
- f) observar e respeitar as normas e os regulamentos da instituição em que estagia;
- g) não tornar público dados e informações fornecidas pelas instituições que serviram de campo de estágio;
- h) discutir com o professor supervisor as dificuldades surgidas durante a realização das atividades do estágio;
- i) fazer uma permanente auto-avaliação do trabalho desenvolvido objetivando o constante aprimoramento dessa atividade e,
- j) elaborar e apresentar o relatório conclusivo dentro do prazo e das condições estabelecidas.

CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 9º

A avaliação final será realizada com base na aferição da carga horária prevista e integralmente cumprida e, a análise do Relatório Conclusivo, devendo ser entregue em uma única via impressa e 'sumariada'.

§ 1º – Na avaliação deverá ser considerado, além do conteúdo, os seguintes aspectos:

- a) Adequação e fidelidade do Relatório ao Projeto de Estágio
- b) Qualidade das atividades desenvolvidas durante a realização do estágio;
- c) Unicidade, coerência e desenvolvimento lógico do relatório.

§ 2º - Além do Relatório Conclusivo, a critério do professor Supervisor de Estágio, ouvido o Coordenador de Curso e com a autorização do Diretor Geral, poderão ser utilizados outros procedimentos ou instrumentos de avaliação.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 10

Os casos omissos assim como as propostas de reformulação e aprimoramento serão apreciados pela Coordenadoria do Curso de Geografia e encaminhadas à Direção Geral.

Artigo 11

Essas normas entraram em vigor na data de sua aprovação e publicação por Portaria do Diretor Geral das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina.

11.2) Projeto de Estágio Supervisionado:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ENSINO FUNDAMENTAL (5ª a 8ª SÉRIES) E ENSINO MÉDIO

I – DOS OBJETIVOS

Perfil do profissional em Geografia.

O profissional em Geografia deverá estar habilitado e capaz de atuar como docente, pesquisador e difusor dos conhecimentos correlatos à ciência histórica. Como profissional de Ciências Humanas, deverá ainda compreender as ações sociais, desenvolvendo sensibilidade humanística, dominando a disciplina de História em suas especificidades.

Competências e Habilidades

- compreensão do processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seu contexto social e cultural;
- capacidade de identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
- capacidade de articular pesquisa e ensino na produção do conhecimento e na prática pedagógica;
- capacidade para atuar no planejamento, organização e ação na disciplina de História , com competência técnica, com sensibilidade ética e compromisso com a democratização das relações sociais;
- contribuição com o desenvolvimento do projeto pedagógico da instituição em que atua, realizando o trabalho pedagógico de maneira coletiva e solidária, interdisciplinar e investigativa, desenvolvendo saberes educacionais a partir das questões vivenciadas na prática educativa.
- compromisso com a ética na atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade.

II – DA EMENTA

Desenvolver competências para conhecer, analisar e descrever a realidade concreta da futura atuação profissional e, adotar práticas educativas consistentes e fundamentadas por teorias desenvolvidas ao longo do Curso de Geografia, com o intuito de subsidiar a sua ação a partir de procedimentos científicos e pedagógicos eficientes.

III – DAS METAS

Cumprir integralmente, durante o semestre letivo, através de observação, participação, regência e atividades complementares a carga horária prevista para o estágio da Licenciatura.

IV – DA ESTRUTURA

4.1. Aspectos Administrativos:

Compreende o encaminhamento de documentos necessários para requerer autorização para a realização de estágio, podendo ser praticado tanto em escolas estaduais (inclusive de outro Estado), quanto municipais e particulares desde que em Estabelecimentos Oficiais de Ensino.

OBSERVAÇÃO: Esse procedimento é de responsabilidade do próprio aluno com a expedição do documento garantida pela Secretaria das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina e deverá acontecer na primeira quinzena letiva do semestre em curso.

4.2. Noções Teóricas

- Conceito de Estágio como um processo de inserção e apreensão da realidade concreta atual;
- A estrutura e a dinâmica dessa interação com a realidade do cotidiano pedagógico;
- Calendário de estágio – distribuição de carga horária a ser cumprida semanalmente e prazo de entrega do Relatório Final;

- Apresentação e/ou montagem de instrumentos para a sistematização de informações colhidas no contato com a realidade.

OBSERVAÇÃO: Essa tarefa é de responsabilidade do professor Supervisor de Estágio e será desenvolvida de forma interativa para adequação do processo às peculiaridades específicas de cada aluno e será praticada durante as 3 (três) semanas iniciais do semestre letivo.

V - DO PROCEDIMENTO

O desenvolvimento do processo acontecerá através de Projeto Estágio/Pesquisa contemplando fundamentalmente três grandes eixos temáticos:

Observação

Participação

Regência

5.1 – OBSERVAÇÃO

A - Observações em sala de aula:

A apreensão da realidade através de leitura viva e dinâmica das interações em sala de aula, dos fatos e eventos significativos que acontecem no âmbito pedagógico da vida escolar; é o momento de conhecer criticamente a sala de aula enquanto espaço de aprendizagem e de formação intelectual do

aluno. As propostas pedagógicas não se resumem às dimensões didáticas-curriculares. Enquanto práticas sociais comportam valores, significados, relações de poder, ações de silenciamento e atitudes de resistência.

B – Observação:

- **Da escola**

Essa observação analisará as condições materiais da escola, a realização do planejamento e das reuniões pedagógicas, o trabalho dos colegiados e instituições escolares (Conselho de Escola, APM e Grêmio Estudantil), o calendário escolar, bem como outras atividades relevantes desenvolvidas pela escola.

- **Da sala – de – aula**

Observar o espaço de sala – de – aula em sua multiplicidade: físico, humano, pedagógico, principalmente a relação professor – aluno, a prática docente em História, relação teoria – prática, elementos dificultadores e facilitadores.

Esse item se constitui na primeira tarefa do estagiário, no interior da escola ou instituição campo de estágio, e dependerá basicamente da habilidade e comportamento ético adequado para essa ação, o que deverá ser proposto pelo professor supervisor junto a seus alunos, orientando, acompanhando e garantindo o registro das atividades com a competente assinatura da autoridade educacional (Diretor, Vice-diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário de Escola) em seu âmbito de atuação.

5.2.- PARTICIPAÇÃO

É o envolvimento do estagiário, como agente colaborador nas práticas e procedimentos pedagógicos, devendo para tanto, criar e/ou

aproveitar diversos espaços de atuação em consonância com o Projeto de Estágio/pesquisa, a saber:

5.2.1. NA SALA DE AULA – trabalhos de monitoria, de reforço de aprendizagem, manuseio de recursos audiovisuais, acompanhamento a pequenas excursões, ao estudo do meio, atividades da biblioteca, concursos literários, práticas de laboratório, etc.

5.2.2. PLANEJAMENTO – participação em reuniões pedagógicas e em reuniões de Conselho de Classe e Série.

5.2.3. NA ESCOLA – comemorações cívicas, campanhas, palestras, seminários, jogos e práticas desportivas, mostras de arte feira de ciências, gincanas culturais, jornadas de saúde, olimpíadas de matemática, semana do cinema nacional, concurso de poesia, e contos, apresentações de dança, teatro, etc.

OBSERVAÇÃO: O aluno deverá ter conhecimento prévio do calendário escolar (fases da observação da escola) e através de iniciativa própria, negociar a sua inclusão na equipe escolar como um elemento de apoio ao processo educacional, zelando para que seja documentada e validada pela assinatura da autoridade educacional presente na escola ou no evento.

5.2.4. OUTROS EVENTOS – Semanas, Jornadas, Palestras, seminários, Projeto Escola da Família, serviços comunitários e outros. O aluno deverá submeter à apreciação do Coordenador de Estágio e/ ou Coordenador do Curso para aprovação e cômputo de horas/ estágio a serem creditadas.

1.3.– REGÊNCIA

Compreende toda ordem de procedimentos e estratégias que envolvam professores e alunos em ambientes pedagógicos tendo como foco a ação docente em Geografia em sua amplitude: conhecimentos pedagógicos e específicos – planejamento e ação. Seu contexto envolve o preparo para a cidadania e a inserção do educando na realidade social, cultural e econômica de seu tempo num espaço ampliado pelo processo de globalização.

A regência em sua expressão mais singular deverá constituir-se na execução dos objetivos e metas definidos na Proposta Educacional das unidades de ensino. Ensinar e aprender só faz sentido para atingir objetivos consensualmente definidos pela comunidade escolar e transformado em documento na Proposta Pedagógica. Toda regência deverá ser instrumentalizada pelo Plano de Curso e pelo Plano de Ensino em trabalho conjunto com o professor responsável pela sala, para adquirir consistência e significado. A partir disso o aluno estagiário deverá ter compreendido a necessidade de selecionar conteúdos, estratégias e procedimentos, com base no perfil dos alunos e tendo os objetivos e as metas estabelecidas pela Proposta Educacional como direção a seguir.

Interesse, motivação, caracterização do alunado, estratégias, procedimentos de ensino e avaliação, o estagiário deverá ter sido subsidiado principalmente pelos conceitos pedagógicos básicos (Didática, Metodologia, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação) e específicos da disciplina.

Cada regência deverá ser antecedida pelo plano de aula sob a supervisão do coordenador de estágio, praticada em situação real, avaliada pelo professor da disciplina ou classe e registrada em documento adequadamente preparado para esse fim, datado e assinado pelo mesmo.

OBSERVAÇÃO: As regências deverão contemplar o Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries e Ensino Médio.

VI – CONCLUSÃO FINAL

Deverá priorizar entre outros aspectos a intenção de, através de análises críticas, verificar a existência de coerência ou não, entre o proposto e o realizado, tendo o cuidado de elencar as variáveis facilitadoras e/ ou dificultadoras da consecução dos objetivos propostos. Se realizada com critérios poderá até mesmo ser encaminhada posteriormente às Unidades de Ensino para servir de informações úteis para o replanejamento.

VII – DOCUMENTO CONCLUSIVO

Tornam-se necessárias algumas exigências de rotina na intenção de padronizar no que couber a montagem do documento final:

- Capa em pasta tipo arquivo, de uma só cor para cada curso, devidamente etiquetada para efeito de identificação.
- Papel sulfite A 4.
- Digitado ou datilografado em espaçamento 2 (dois) e com a margem esquerda de 3 cm (três), margem direita 2 cm (dois), margem superior 3 cm (três) e margem inferior 2 cm (dois).

Estrutura final do trabalho

- 1 - Capa.
- 2 - Folha de rosto contendo todas as informações que identifiquem a faculdade, o curso e o aluno.
- 3 - Página de dedicatória (opcional)
- 4 - Página de agradecimentos (opcional);

5 - Sumário indicando assuntos por páginas numeradas no canto superior direito e a existência de anexos.

6 – Estágio Supervisionado

7 – Projeto Estágio

8 - Ficha calendário de estágio contendo datas, horários, atividades realizadas e assinaturas com carimbos oficiais das autoridades e das instituições escolares que presenciaram a realização da tarefa pelo estagiário.

9 – Relatórios de regência, participação, observação e atividades complementares. (uma em cada folha)

10 – Conclusão: a comparação entre a realidade da escola pesquisada e o modelo de escola proposto nos textos fundamentação teórica.

11- Anexos (sempre no final) quando for o caso de “material vivo” coletado pelo estagiário durante a sua interação no campo de estágio. Deve conter o calendário letivo e se possível a matriz curricular da escola.

CARGA HORÁRIA MÓDULO I

SUGESTÃO - de distribuição da carga horária	EQUIVALÊNCIA em horas/aula
5% da C.H. total p/ - Aspectos Administrativos	05 horas/aula
7% da C.H. total p/ - Fundamentação/apresentação	07 horas/aula
20% da C.H. total p/ - Atividades de Observação	20 horas/aula
14% da C.H. total p/ - Atividades de Docência	14 horas/aula
32% da C.H. total p/ - Atividades de Participação	32 horas/aula
12% da C.H. total p/ - Atividades Complementares ²⁸	12 horas/aula

22- Atividades complementares:

5% da C.H. total p/ - Avaliação	05 horas/aula
5% da C.H. total p/ - Montagem do Relatório	05 horas/aula
TOTAL	100 horas/aula

¹ Neste item poderão ser incluídas atividades de capacitação que compreende a participação do aluno estagiário em jornadas, congressos, encontros e orientações técnicas direcionadas para a formação do docente, desde que com frequência comprovada através de atestado ou certificado fornecido pela Instituição Oficial promotora do evento.

SUGESTÃO DE CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES - MÓDULO I

2º SEMESTRE DE 2008

Data	Atividade
AGOSTO	Elaborar projeto de Estágio Aspectos administrativos (cadastramento e ofício) Atividades complementares Referencial teórico Início do estágio
SETEMBRO	Pesquisa de Campo/Observação/Participação/Regência Atividades complementares
OUTUBRO	Pesquisa de Campo/ Observação/ Participação/Regência Organização prévia: cômputo de horas / registros. Atividades complementares
NOVEMBRO	Observação/Participação/Regência Organização dos dados/ tabulação final Redação prévia do trabalho

	Entrega do trabalho concluído
DEZEMBRO	Início: prazo final para possíveis pendências.

ATIVIDADES DE PESQUISA, EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NO CURSO.

FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA

CURSO: 4º Período de Geografia

Professora: Valéria Rodrigues Pereira

ROTEIRO DE SAÍDA DE CAMPO

Data: 18/04/ 2009

Local de destino: Assentamento Belo Monte, Andradina-SP

Horário de saída: 6:30

Horário de retorno previsto: 10:30

Professora Responsável: Valéria Rodrigues Pereira

Participantes: alunos do 4º. Período de Geografia

Recursos: veículos para transporte, máquina fotográfica, bloco ou caderno para anotações, caneta, aparelho para gravação (gravador)

TEMA: A luta e a sobrevivência na terra dentro da sociedade capitalista

OBJETIVOS:

- Conhecer a história de luta pela terra e a organização do assentamento;
- Reconhecer no assentamento Belo Monte as características da produção camponesa e sua relação com a economia capitalista.

Parte A- Observação

Parte B- Relatório

Parte A- Itens à serem observados no assentamento:

- 1- Tipo de mão-de-obra predominante

- 2- Atividades agropecuárias desenvolvidas.
- 3- Principal atividade rural geradora de renda.
- 4- Existência de ajuda mútua entre os assentados.
- 5- Presença de trabalho acessório para complementar a renda no assentamento (venda temporária da força de trabalho pelo camponês)
- 6- Presença de trabalho assalariado na unidade camponesa.
(contratação temporária de força de trabalho)
- 7- Socialização do camponês
(conhecimento sobre as atividades rurais desde a menor idade)
- 8- Desde quando são proprietários da terra.
- 9- Quais meios de produção dispõem para desenvolver suas atividades.
- 10- Como é a jornada de trabalho

Parte B- RELATÓRIO

Como parte integrante do trabalho sobre a Questão Agrária em Andradina, a elaboração do relatório da saída de campo deve:

- organizar os dados coletados a fim de registrar a trajetória de luta e sobrevivência dos assentados.
- a visão do grupo sobre o modo como as famílias camponesas se inserem (ou não) na economia capitalista ;
- considerações gerais acerca das observações durante a visita.

OBSERVAÇÕES: Este relatório corresponde à etapa 5 do trabalho final da disciplina e será utilizado como referência para as discussões da questão agrária em Andradina.

Formatação: Texto digitado, letra Times, fonte 12, espaço 1,5 cm.

Data de entrega: 27/04/2009

FIRB- Faculdades Integradas Rui Barbosa

Trabalho: Geografia Agrária II Profa. Valéria Rodrigues Pereira

Etapas de elaboração: desenvolvido mensalmente

Entrega do trabalho parcial: maio/2009

Entrega do trabalho final: junho/2009

Etapa 1

Local: sala de informática

Tema: Existe uma questão agrária em Andradina?

Objetivo: identificar elementos que caracterizam a questão agrária em Andradina-SP

Procedimentos: -problematizar o tema com a turma.

-levantar conhecimentos prévios acerca do conceito e como ele se manifesta materialmente no município.

- registrar as observações dos alunos;

- solicitar que busquem, em duplas, na internet materiais que tratem do assunto;

- ler o que encontrarem e arquivar o que considerem importante para compor o trabalho;

- elencar dúvidas conceituais (ou outras que surgirem);

- socializar com a turma o que encontraram na internet para discussões iniciais sobre a questão agrária em Andradina.

Etapa 2

Local: órgãos públicos, sindicatos e outros.

Temas: estrutura fundiária, uso da terra, assentamentos e conflitos sociais

Objetivo: levantar dados acerca da distribuição e uso da terra e da atuação dos movimentos sociais.

Procedimento: visitas, contato com representantes/funcionários de órgão públicos, sindicatos, instituições e outros para coleta de dados e informações sobre os temas acima.

Registrar as informações para compor o trabalho.

Etapa 3

Local: sala de informática

Temas: estrutura fundiária, uso da terra, assentamentos e conflitos sociais

Objetivo: organizar dados acerca da distribuição e uso da terra e da atuação dos movimentos sociais.

Procedimento: em grupo, verificar o que foi coletado, organizar e digitar as informações para compor o trabalho.

Etapa 4

Local: sala de aula

Tema: questão agrária

Objetivo: retomar os conceitos que envolvem a questão agrária

Procedimento: discutir e registrar no caderno os conceitos, utilizando textos de autores que tratam do assunto.

Etapa 5

Local: assentamento Belo Monte

Tema: A luta e a sobrevivência na terra dentro da sociedade capitalista

Objetivo: conhecer a história de luta pela terra, a organização do assentamento e seu papel na sociedade capitalista.

Procedimento: saída de campo. Entrevistas com roteiro de questões. Registro fotográfico do local. Registro das informações em caderno.

Etapa 6

Local: sala de informática

Tema: A luta e a sobrevivência na terra dentro da sociedade capitalista

Objetivo: organizar os dados coletados na saída de campo para registrar a trajetória de luta e sobrevivência dos assentados.

Procedimento: em grupo, verificar o que foi coletado, organizar e digitar as informações para compor o trabalho.

Etapa 7 – trabalho parcial

Local: livre escolha (atividade extra-classe)

Tema: A questão agrária em Andradina

Objetivo: organizar e elaborar texto que identificar elementos que caracterizam a questão agrária em Andradina-SP

Procedimento: em grupo, verificar o que já foi coletado, organizado, digitado.

Discutir as contribuições da pesquisa para o entendimento da questão agrária, considerando os referenciais teóricos. Elaborar uma redação preliminar.

Entregar para a professora para possíveis ajustes/ correções.

Etapa 8 – trabalho final

Local: sala de aula

Tema: A questão agrária em Andradina

Objetivo: analisar a questão agrária em Andradina-SP

Procedimento: em grupo apresentar em Power Point, uma síntese do trabalho. Dividir as falas dos membros do grupo. Apresentar de 15 a 20 slides, pontuando suas observações e conclusões.

Encerramento: a professora fará uma síntese oral da apresentação dos trabalhos, considerando a trajetória de elaboração de cada grupo, avanços, dificuldades, tendo em vista o entendimento da questão agrária presente no município.

Roteiro

- 1- Problematização do tema
- 2- Pesquisa na internet sobre o tema
- 3- Pesquisa em órgãos públicos, sindicatos e outros meios de informação
- 4- Pesquisa em livros (referenciais bibliográficos)
- 5- Pesquisa de campo
- 6- Organização de informações coletadas (relatório)
- 7- Elaboração de redação preliminar
- 8- Entrega da redação para professor para verificação e ajustes
- 9- Elaboração da redação final (trabalho)
- 10- Entrega e apresentação do trabalho em PPT

Estrutura do Trabalho:

Pré- texto (capa): título, autores e instituição.

Texto: redação final

Pós- texto: fontes consultadas: (bibliografia, que inclui além dos livros, endereços eletrônicos, documentos oficiais e outros)

Orientações para organização do trabalho:

-título:

-localização do município de Andradina e suas características físicas;

-fazer uma caracterização sobre economia, população, a zona rural, saúde, educação e outros elementos que contribuam para retratar o município;

- tratar da estrutura fundiária local;

-os movimentos sociais rurais;

- os assentamentos;

- dados da saída de campo;

- situação do espaço agrário andradinense (diagnóstico geral)

-conclusões sobre a questão agrária no município, considerando os referenciais teóricos.

- bibliografia

São Paulo, 01 de março de 2009.

PROJETO: **PLANTIO ESTADUAL DE ÁRVORES.** (UMA PROPOSTA DE EXERCÍCIO DE PODER POLÍTICO DA SOCIEDADE A FAVOR DA VIDA)

1 Introdução: Acompanhamos os debates nacionais e internacionais sobre o aquecimento global e a possibilidade da humanidade desaparecer, se por acaso o planeta terra aquecer mais do que a espécie humana puder suportar. Neste ano, na Austrália, a temperatura chegou a 50 graus. Muita gente morreu, conseqüência de um incêndio, difícil de ser controlado.

A direção da ONG Brasil Eco Planetário entende que é possível fazer ações simples, com a participação da sociedade, para ajudar a minimizar o problema do aquecimento global. Uma das ações é **o plantio de árvores.**

2 Proposta: Realizar um plantio, sincronizado, de árvores no Estado de São Paulo, envolvendo todos os municípios.

3 Objetivos: 3.1 Comemorar o dia da árvore, 21 de setembro. 3.2 Ampliar a área arborizada nos municípios. 3.3 Melhorar o clima no município. 3.4 Desenvolver a consciência ecológica. 3.5 Combater o aquecimento global.

4 Meta: plantar 100 mil árvores.

5 Data: 20 de setembro.

6 Horário: 11h00.

7 Estratégia: **7.1** Articular, em cada Município do Estado de São Paulo, grupo de coordenação, para garantir o plantio em todos os municípios (645). **7.2** Estabelecer um coordenador, na capital, para cada município, interior e grande são paulo. **7.3** Contar com o apoio da imprensa falada, televisiva e escrita. **7.4** Usar a Internet para comunicação e organização da rede de coordenadores. **7.5** Disponibilizar o projeto no site: www.brasilecoplanetario.org.br . **7.6** Dialogar com a direção das casas de agriculturas, dos bancos locais, das secretarias do Meio Ambiente, prefeituras, sub prefeituras e Empresas locais para garantir as mudas de árvores para o plantio. **7.7** Organizar uma equipe de coordenação para administrar o projeto.

8 Diretrizes: **8.1** Realizar o plantio de árvores, em nível local, no mesmo horário: **11h00**. **8.2** Comemorar o plantio de árvores com alguma atividade cultural ou musical. **8.3** Enviar fotos e informação sobre o evento para o site da ONG Brasil Eco Planetário. **8.4** Usar a música “Que Legal”, no site da ONG Brasil Eco Planetário, para animar as pessoas a participarem do projeto. **8.5** Verificar a possibilidade de mudas: casas de agricultura, prefeituras, bancos(Bradesco, Itaú...), secretarias municipais do Meio Ambiente...

9 Desdobramento: **9.1** Encaminhar a ONU e a UNESCO o projeto e o nome dos municípios envolvidos com os nomes dos coordenadores locais e Estaduais. É a contribuição do Estado de São Paulo, em comemoração ao dia da árvore. **9.2** Informar ao Ministério do Meio Ambiente, a Presidência da República e ao governo do Estado de São Paulo sobre o evento. **9.3** Informar sobre o evento para a imprensa: jornal, rádio e TV. **9.4** Incentivar a criação, em cada município, de comissões para tratar da recuperação das matas ciliares.